

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO  
CENTRO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIAS EXATAS E NATURAIS  
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA  
CURSO DE GEOGRAFIA LICENCIATURA

**ALBERTO COSTA DIVINO FILHO**



**LIVRO DIDÁTICO DE GEOGRAFIA:** potencialidades para a educação geográfica.

SÃO LUÍS - MA  
2022

**ALBERTO COSTA DIVINO FILHO**

**LIVRO DIDÁTICO DE GEOGRAFIA:** potencialidades para a educação geográfica.

Monografia apresentada ao Curso de Geografia  
Licenciatura da Universidade Estadual do  
Maranhão para a obtenção do grau de licenciado em  
Geografia.

Orientadora: Prof. Dra. Iris Maria Ribeiro Porto

SÃO LUÍS - MA  
2022

Divino Filho, Alberto Costa.

LIVRO DIDÁTICO DE GEOGRAFIA: potencialidades para a educação geográfica / Alberto Costa Divino Filho. – São Luís, 2022.

66f

Monografia (Graduação) – Curso de Geografia Licenciatura, Universidade Estadual do Maranhão, 2022

Orientadora: Profa. Dra. Íris Maria Ribeiro Porto.

1. Ensino 2. Geografia 3. Livro didático 4. Recurso didático. I. Título.

CDU: 911:37.02

**ALBERTO COSTA DIVINO FILHO**

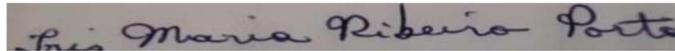
**LIVRO DIDÁTICO DE GEOGRAFIA:** potencialidades para a educação geográfica.

Monografia apresentada ao Curso de Geografia  
Licenciatura da Universidade Estadual do  
Maranhão, para obtenção do grau de licenciado em  
Geografia.

Orientadora: Prof. Dra. Iris Maria Ribeiro Porto

Aprovado em 09/01/2023

**BANCA EXAMINADORA**



**Prof. Dra. Iris Maria Ribeiro Porto (Orientadora)**

Doutora em Ciências Sociais  
Universidade Federal do Pará

Documento assinado digitalmente  
**gov.br** REGINA CELIA DE CASTRO PEREIRA  
Data: 02/05/2024 21:23:48-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

**Prof. Dra. Regina Célia de Castro Pereira**

Doutora em Geografia  
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho



**Prof. Ma. Nádja Furtado Bessa dos Santos**

Mestra em Ciências  
Universidade Federal do Rio de Janeiro

*Onde quer que haja mulheres e homens,  
há sempre o que fazer, há sempre o que  
ensinar, há sempre o que aprender.*

(Paulo Freire)

## AGRADECIMENTOS

À Deus em primeiro lugar pela força Divina e pela dádiva da vida.

À ilustríssima Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Iris Porto, minha orientadora pelo seu profissionalismo e dedicação, mas também pela sua amizade será sempre lembrada como um exemplo de mulher, professora e pesquisadora.

Às ilustríssimas Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Regina Célia de Castro Pereira e Prof<sup>ª</sup>. Ma. Nádja Furtado Bessa dos Santos, por terem participado da Banca Examinadora, contribuíram de forma preponderante para a realização desse Trabalho de Conclusão de Curso com suas observações.

À Rosa Maria Souza dos Santos Divino, minha esposa e companheira de viagens, com quem eu pude contar em muitos dos meus momentos de dificuldade, aflição e com quem desfrutei e desfruto tantos momentos de felicidades.

Ao meu pai (*in memoriam*) Alberto Costa Divino, minha mamãe professora aposentada Cleonice Furtado dos Santos pelos valores morais, educacionais e incondicionais para a minha trajetória.

Aos meus filhos Laryssa Allane, José Diego e Danilo Alexandre, pela força que me deram e o motivo pelo qual acordo todos os dias e vou à luta para poder chegar até os objetivos almejados.

Aos meus amados irmãos, Welligton Divino, André Lopes, Whandreson Lopes e Raimundo Júnior pelo apoio irrestrito.

À minha professora (*in memoriam*) Maristela Castro Ribeiro da disciplina de Geografia dos tempos do 1º e 2º Graus da Fundação Bradesco pelos ensinamentos e das suas orientações para a vida.

À minha querida cunhada, Sílvia Maria Souza dos Santos, pelo seu apoio moral e incondicional.

Aos notáveis colegas de turma da graduação, Alexandre Magno, Antônio Onofre, Bruno Ferreira, Carlos Daniel, César Roberto, Celso Maramaldo, Darcilene de Jesus, Elisson dos Santos, Elton Jhon, Francisco Viana, Ives Eduardo, Joaquim Pereira, José de Ribamar Medeiros, Marcos Gabriel. Makalister da Silva, Maurício Mareau, Lucas Carvalho, Nivaldo Germano, Paulo Roberto, Rebecca Almeida, Rameres Vieira, Rafael Soares, Rossane Maciel, Tharcília Serra, Vivian Estrela, Wil Sandro e Wilane Ferreira. Aprendi muito com todos vocês.

Aos colegas de trabalho Ten. Cel. QOPM Jaldemir, Maj. QOPM Paulo Ramos, Cap QOPM Gildson, 1º Ten QOAPM Alessandro Vilela, 1º Sgt PM Pedro, 2º Sgt PM Fernando, 3º Sgt PM Marco Antônio, 3º Sgt PM Aridson Leal, 3º Sgt PM Isis, Cb PM Bianca, Sds PM Cosmo, L. Mafra, Pacheco, Roosevelt e V. Cutrim. Funcionários Civis Benedito e Francisca Pontes pelos laços de amizade e o apoio incondicional.

A todos os digníssimos professores da UEMA, em especial a: Ademir Terra, André Lisboa, Arilson Xavier, Carlos Freitas, Carlos Nobre, Camila Ribeiro, Carolina Torrente, Claudio Eduardo, Claudio José, Cristiano Alves, Erielson Mesquita, Fernando Bezerra, Hermeneilce Wasti, Ilton Jardim, Iris Porto, Karina Pinheiro, Kedma Gonçalves, Luiz Carlos, Luis Jorge, Nádja Bessa dos Santos, Quésia Duarte, Regina Célia, Rosalva Reis, Swanni Alvarado e Washington Rio Branco, do curso de Geografia Licenciatura e Bacharelado da Universidade Estadual do Maranhão pela minha acolhida durante os longos quatro anos e meio de convivência.

À direção das escolas que estagiei: Centro de Ensino Estado do Mato Grosso e Centro de Ensino Paulo VI que me receberam como professor estagiário durante a finalização das disciplinas de Estágio Supervisionado do Ensino Fundamental e Médio e que me proporcionaram condições favoráveis para concluir esse curso.

E a todas as pessoas que participaram e contribuíram de forma direta ou indiretamente, do meu processo para a conclusão dessa graduação.

## RESUMO

Este trabalho abordou sobre o livro didático de geografia e suas potencialidades para a educação no ensino de geográfica, tendo como lócus da pesquisa o Centro de Ensino Estado do Mato Grosso, situado no bairro da Forquilha na cidade de São Luís, estado do Maranhão. Teve como base para o estudo a fundamentação teórica na literatura correspondente. É uma pesquisa aplicada. Utiliza como método o histórico-dialético. Como tipo de pesquisa segundo os objetivos é descritiva. Com relação ao pesquisador/sujeito, é pesquisa qualitativa na medida em que trabalha com valores, crenças e aspectos não quantificáveis. Quanto aos procedimentos técnicos de coleta de dados é de Levantamento. Chega ao Estado da Arte por meio de um levantamento bibliográfico nas categorias elencadas na investigação: Ensino de Geografia e Livro Didático. Teve a assertiva de que usar o livro didático potencializa sobremaneira a construção de conhecimentos das temáticas geográficas. Utilizou-se uso de materiais bibliográficos de autores que dialogam com livro didático no ensino de geografia. A coleta dos dados foi feita através de questionário e entrevista com professores e alunos. Apresentou, como resultado a partir dos dados obtidos, a constatação de que o livro didático é um recurso facilmente utilizado em muitas realidades como único recurso pelos professores de Geografia porque o ensino da disciplina ainda segue em grande parte da realidade escolar, o mesmo contexto tradicional positivista com perfil fragmentado em que foi concebida historicamente no cenário educacional com sistema de gavetas em que os temas são separados com modelos, recursos e planejamentos estanques. Foi concluído que é necessário ressignificar o livro didático usado no ensino de Geografia e deve partir da formação inicial para o desenvolvimento da disciplina e maior adequação no contexto atual.

**Palavras-chaves:** Ensino; Geografia; Livro didático; Recurso didático.

## **ABSTRACT**

This work dealt with the geography textbook and its potential for education in the teaching of geography, having as the research locus the Centro de Ensino Estado do Mato Grosso, located in the neighborhood of Forquilha in the city of São Luís, state of Maranhão. The theoretical basis in the corresponding literature was the basis for the study. It is applied research. It uses the historical-dialectical method as a method. As for the technical data collection procedures, it is Survey. It arrives at the State of the Art through a bibliographic survey in the categories listed in the investigation: Geography Teaching and Textbook. It has the assertion that using the textbook greatly enhances the construction of knowledge of geographic themes. It makes use of bibliographical materials of authors that dialogue with didactic books in the teaching of geography. Data collection was done through a questionnaire and interviews with teachers and students. It presents, as a result from the data obtained, the finding that the textbook is a resource easily used in many realities as the only resource by Geography teachers because the teaching of the discipline still follows, to a large extent, the school reality, the same traditional context positivist with a fragmented profile in which it was historically conceived in the educational scenario with a system of drawers in which the themes are separated with watertight models, resources and planning. It concludes that it is necessary to reframe the textbook used in Geography teaching and that it should start from initial training for the development of the discipline.

**Keywords:** Teaching; Geography; Textbook; Didactic resource.

## LISTA DE GRÁFICO

Gráfico 1: O que o aluno acha da disciplina de Geografia .....	50
Gráfico 2:Dificuldades em estudar Geografia .....	52
Gráfico 3:Melhoria no ensino de Geografia .....	53
Gráfico 4:Obstaculo no estudo de Geografia.....	54
Gráfico 5: Os temas de geografia que mais satisfazem .....	55
Gráfico 6: Estudar no Centro de Ensino Estado do Mato Grosso.....	56

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Localização do Centro de Ensino Estado do Mato Grosso .....	15
Figura 2: Tipos de escrita, rupestre, cuneiforme e hieroglífica .....	23
Figura 3: Modelo de impressora de Gutemberg .....	26
Figura 4: Coleção do livro didático adotado na CE Mato Grosso .....	28
Figura 5: Livro didático de geografia .....	29
Figura 6: Mapa do Brasil e capitais .....	31
Figura 7: Cartografia de 1822 .....	34
Figura 8: Localização espacial do CE Estado do Mato Grosso.....	45
Figura 9: Professora de Geografia ministrando aula no CE Mato Grosso.....	45
Figura 10: Sala dos professores .....	46

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	11
<b>2 METODOLOGIA</b> .....	14
2.1 O ensino de Geografia e suas características .....	15
2.1.2 A formação do professor para o Ensino de Geografia .....	19
<b>3 A HISTÓRIA DO LIVRO DIDÁTICO NO BRASIL</b> .....	23
3.1 O livro didático de geografia .....	25
3.2 A importância do PNLD e sua inserção no contexto da Política Nacional de Educação ....	35
3.3 Os caminhos teóricos metodológicas do ensino de geografia .....	40
<b>4 METODOLOGIAS EMPREGADAS PELO PROFESSOR NO ENSINO DE GEOGRAFIA</b> .....	43
4.1 O olhar do professor sobre o ensino de Geografia do CE Estado do Mato Grosso .....	44
<b>5 A PERCEPÇÃO DOS ALUNOS NO ENSINO DE GEOGRAFIA DO CE ESTADO DO MATO GROSSO</b> .....	50
<b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	58
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	59

## 1 INTRODUÇÃO

Livro didático é um material de apoio pedagógico para todas as disciplinas. Muitas vezes ele é o único recurso disponível para estudantes e professores. É um instrumento importante e que tem sido motivo de análises e políticas públicas através do Plano Nacional do Livro Didático. Desde 1985 até o início do século XXI, o mercado editorial escolar do Brasil foi substancialmente alterado e passou da concentração das editoras familiares para o oligopólio dos grandes grupos empresariais (CASSIANO, 2017).

Investigar sobre o livro didático, especialmente no ensino de Geografia, tornou-se interessante e tem chamado a atenção do autor deste projeto. Nessa perspectiva, o presente trabalho teve como escopo pesquisar sobre o uso do livro didático e sua potencialidade para o ensino de Geografia no Ensino Fundamental pelos alunos do Centro de Ensino Mato Grosso.

Pois sabe-se, que o livro didático ajuda a nortear o planejamento do educador, sugerindo caminhos e sequências lógicas para a aprendizagem. Desse modo, tendo o livro didático como ponto de apoio, ficando mais fácil evitar lacunas na exposição do conteúdo e o docente ganha mais liberdade para inovar nas estratégias de ensino. Nesse aspecto, sendo muitas vezes a única alternativa para os professores auxiliarem seus alunos do processo de aprendizagem, inovar se faz necessário (ENGERROFF, 2018).

Buscando compreender como chegamos à política atual de concepção e aplicação do Livro Didático, constatamos que na história de existência desse recurso, foi criado o Programa Nacional do Livro Didático para o Ensino Médio (PNLEM), cujo objetivo é a ampliação do PNLD à luz da extensão da Educação Básica, que passou a abranger também o Ensino Médio com a distribuição dos livros didáticos para os alunos das três séries desse nível. Como também foi criada a Resolução nº 60, de 20 de novembro de 2009 e o Decreto nº 7.084/2010 que dispõem sobre os Programas de Materiais Didáticos e contemplam todas essas alterações em relação ao Ensino fundamental de nove anos, e também em relação à ampliação do PNLD em vários programas (CASSIANO, 2017).

Com o transcorrer do tempo, a ampla produção cultural disponibiliza múltiplas linguagens a ser utilizadas como auxiliares na compreensão e análise do espaço geográfico. Não obstante, os livros didáticos continuam a ser o grande referencial na sala de aula para alunos e professores das escolas públicas e privadas do país, embora sejam utilizados de formas variadas: às vezes, permitindo que o aluno faça uma reflexão; muitas vezes, trabalhando de modo tradicional e não reflexivo (PONTUSCHKA *et al.*, 2007).

Sabe-se assim, que o livro didático é um meio de comunicação, de conhecimentos, dentro e fora da escola, é um instrumento de trabalho de professores e alunos, sendo considerado essencial na escolarização e no cotidiano educacional, sendo que é através dele que podemos viajar pelo mundo e descobrir saberes com a leitura, proporcionando aprendizados que possam ser relacionados com as noções vividas dos próprios alunos.

São caracterizados como peças essenciais dentro das escolas, auxiliando os professores no processo de ensino-aprendizado, permanecendo como um instrumento capaz de transmitir conhecimentos que possibilita saberes nos alunos. Mas sabe-se que é necessário a atuação do professor como mediador, para ministrar o uso de forma apropriada para melhor se ter a compreensão dos conteúdos, estabelecendo mudanças no ensino, e que seja avaliado pelos alunos com discursões, críticas, que eles possam crescer, produzir e usar dos bens culturais, sociais e econômicos tornando cidadãos modificadores na sociedade.

Bittencourt (1997, p.72-73), corrobora, confirmando sobre instrumento de comunicação:

Que o livro didático é um instrumento de comunicação, produção e transmissão de conhecimento, integrante da tradição escolar há pelo menos dois séculos. Desde o século XIX ele tem sido o principal instrumento de trabalho dos professores e alunos, sendo mais utilizados nas mais diversas salas de aula e condições pedagógicas. Em relação ao currículo a autora, afirma que o livro didático vem “servindo como mediador entre a proposta oficial do poder expressa nos programas curriculares e o conhecimento escolar ensinado pelo professor.

Assim, o livro didático, torna-se parte das ações estabelecidas pelo estado. De forma mais econômica, o livro engloba todo o texto, tornando mais fácil, e barato, estando acessível concentrando-se nele os conteúdos e atividades que servem como guia para alunos e professores (TORRES, 1996).

Portanto, ao aluno, compete o estudo de geografia com a desnaturalização de situações geográficas e da criação de outras. Nesse pensar, o professor não é apenas um informante das curiosidades, mas traz procedimentos mentais e instrumentos que auxiliam a compreensão, complexidades, conexões e escalas geográficas, capacidades de construções conceituais por meio da linguagem própria da disciplina, tendo atitude crítica e interpretativas capazes de interferir na forma de ler.

Silva (2020), reforça que a formação acadêmica para futuros docentes requer metodologias e práticas que proporcionem um aprendizado coerente com a realidade vivenciada nas escolas, principalmente, as públicas, devendo-se aos desafios e obstáculos impostos pelas condições insatisfatórias da rede de ensino brasileira, no que diz respeito a infraestrutura e disponibilidade de recursos para o aprimoramento de atividades que envolvam materiais

didáticos e possibilitem a superação do ensino da geografia tradicional, pautada, principalmente, no livro didático, em sala de aula. Diante do exposto, a questão da problematizadora da pesquisa, é: quais as potencialidades a serem exploradas do livro didático de geografia para a educação geográfica no 6º ano do Ensino Fundamental?

O **Objetivo** geral é avaliar as potencialidades do livro didático de geografia para a educação geográfica e como **objetivos** específicos: historicizar o livro didático na história da educação brasileira; identificar o lugar do livro didático no ensino de Geografia na trajetória da disciplina; discutir o papel do livro didático no ensino de Geografia no Centro de Ensino Mato Grosso; rever a utilização do livro didático para a educação geográfica no Centro de Ensino Mato Grosso.

O presente trabalho foi estruturado em seis capítulos, inicia-se com a Introdução, segundo capítulo aborda sobre a Metodologia e o ensino de Geografia e suas características seguindo da formação do professor para o Ensino de Geografia, o terceiro capítulo faz um apanhado da História do livro didático no Brasil, o livro didático de geografia e a importância do PNL, no quarto capítulo trilha sobre metodologias empregadas pelo professor no ensino de geografia e o olhar do professor sobre o ensino de Geografia do CE Estado do Mato Grosso, o quinto capítulo percorre sobre a percepção dos alunos no ensino de geografia do CE Estado do Mato Grosso e por fim as considerações finais.

## 2 METODOLOGIA

Neste trabalho utilizou-se a técnica de pesquisa bibliográfica, tal pesquisa constituiu-se de livros e artigos científicos, que versam sobre a temática em questão, para Lakatos (2001), a pesquisa bibliográfica, abrange toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema estudado, desde publicação avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses, materiais cartográficos, e sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto.

Quanto aos fins, é descritiva, sendo aquela que expõe características claras e bem delineadas de determinada população ou fenômeno, para isso envolve técnicas padronizadas e bem estruturadas de coletas de seus dados. Segundo Vergara (2012), a pesquisa descritiva expõe as características de determinada população ou fenômeno, estabelece correlações entre variáveis e define sua natureza.

Quanto aos meios, classifica como pesquisa de campo, estes tipos de pesquisa, segundo a autora, não são mutuamente excludentes, sendo a coleta de dados de pessoas ou grupos, contando com recursos próprios (VERGARA, 2012).

No que tange ao universo e amostra, o Centro de Ensino Estado do Mato Grosso, teve suas atividades escolares iniciadas no dia 31 de março do ano de 1964, através do plano de emergência tendo como o seu primeiro nome ‘Grupo Escolar Estado do Mato Grosso’, está localizada na MA-202, popularmente conhecida ‘Estrada da Maioba’, no Bairro da Forquilha s/n, na área urbana da cidade de São Luís/MA e reconhecida pelo Conselho Estadual de Educação, através da Resolução nº 339/82 – CEE (1º ano à 5º ano do Ensino Fundamental) e da Resolução nº 181/2004 – CEE (5ª ano à 8ª série regular e EJATEC). Atualmente tem como gestora geral a Professora Ma. Zinaura Baía França Nunes.

Tendo os níveis e modalidades de ensino ministradas na escola: Ensino Fundamental Regular do 6º ano à 9º ano (matutino); Ensino Fundamental Regular 9º ano (vespertino); 1º ano ao 3º ano do Ensino Médio (vespertino) e Educação de Jovens e Adultos do III à IV Etapa do Fundamental (noturno). A figura 1 destaca a localização do Centro de Ensino Estado do Mato Grosso.

Figura 1: Localização do Centro de Ensino Estado do Mato Grosso



Fonte: Viana, 2022.

Como Instrumentos de coletas de dados, foram utilizados a aplicação de 20 questionários aos alunos, com perguntas fechadas e abertas, do ensino fundamental, que estudam na escola, como também foram aplicados os questionários a dois professores de geografia, com a intenção de obter informações sobre as concepções que estes sujeitos têm com relação à proposta feita para o espaço, o ambiente educacional, e quais as suas contribuições para o ensino-aprendizagem dos mesmos.

## 2.1 O ensino de Geografia e suas características

No atual contexto escolar exige-se uma constante reflexão sobre o modo de pensar fazer a Educação Geográfica assim, as escolhas criteriosas do enfoque filosófico, o uso de diferentes linguagens e os procedimentos metodológicos adotados tornam a geografia escolar relevante,

com sentido e significado e nesta perspectiva, a análise e construção de recursos didáticos utilizados na sala de aula têm incitado pesquisas em diferentes componentes curriculares, e em especial, na Geografia (GOMES, 2018).

Desse modo, entende-se que os recursos didáticos, ou instrucionais, podem ser qualquer elemento utilizado como facilitador de um processo de assimilação de informação e geração de conhecimento, seja para diversão ou na educação. Nesse pensar, ao estar sob a tutela da educação, tende a ter uma proposta metodológica voltada para o processo de ensino e aprendizagem de uma temática pré-determinada, ou seja, a escolha e o uso dos recursos didáticos a serem utilizados em sala de aula vincula-se a opção metodológica do professor, que, ao agir criticamente, pode ampliar as possibilidades de aprendizado. Por isso, destaca-se a importância da mediação pedagógica e das opções metodológicas tomadas pelo docente para a efetiva aprendizagem (GOMES, 2018).

Cavalcanti (2012, p. 45), ratifica que a escola é o encontro de cultura:

A escola é um lugar de encontro de culturas, de saberes, de saberes científicos e de saberes cotidianos, ainda que o seu trabalho tenha como referência básica os saberes científicos. A escola lida com culturas, seja no interior da sala de aula, seja nos demais espaços escolares, e a geografia escolar é uma das mediações pelas quais o encontro e o confronto entre culturas acontecem. Na escola, portanto, o ensino das diferentes matérias escolares, a metodologia e os procedimentos devem ser pensados em razão da cultura dos alunos, da cultura escolar, do saber sistematizado e em razão, ainda, da cultura da escola. A tensão entre a seleção a priori de um conhecimento, a organização do trabalho pedagógico na escola e a identidade de alunos e professores deve ser a base para a definição do trabalho docente. Nesse sentido, ensinar geografia é abrir espaço na sala de aula para o trabalho com os diferentes saberes dos agentes do processo de ensino – alunos e professores.

Desde a Antiguidade, os pesquisadores adotaram o método de descrever e, em menor grau, de explicar, a ocorrência dos fenômenos físicos e humanos na superfície da Terra, cuja distribuição de influências recíprocas forma um todo bastante complexo. Mas, ainda que o próprio termo geografia seja em si mesmo muito antigo, a maior parte dos pesquisadores tem produzido “geografia” sem tentar uma definição e, muitas vezes, sem sabê-la.

Assim, é na Antiguidade que nasce a curiosidade geográfica e inicia-se a história da nossa ciência, é a história da tomada de posse da terra, mais precisamente da superfície terrestre habitável. Desse modo, ao tomar posse do espaço, o homem tece com estas diversas relações que são indispensáveis à sua sobrevivência. Nesse pensar, a relação entre o homem e a natureza, que estuda a Geografia, está presente desde os primórdios. Podemos afirmar que a história da Geografia começa ao mesmo tempo da história do homem na Terra (BOUDOU, 2011).

Para que a geografia tivesse consciência de ser em si, foi necessário, depois do Renascimento, que ocorressem os descobrimentos geográficos, a exploração progressiva do mundo, sua penetração pela diversidade da economia capitalista e pelas populações europeias, a divisão dos impérios coloniais e/ou estabelecimento de zonas de influência pelos Estados imperialistas, foi necessário a multiplicação e o aperfeiçoamento de “ciências auxiliares”: ciências físicas ,astronomia, meteorologia, geologia, biologia vegetal e animal, ciências humanas etnografia, sociologia, demografia, economia política, história.

Na visão de Jean Boudou (2011), é bem provável que algum dia o homem, desviando o olhar do seu entorno, dirigiu-se na direção do horizonte e se questionou sobre o que existia além deste horizonte, assim, sua indagação deve ter conduzido à outra, como: onde estamos? Desse modo, a história da humanidade nos mostra que desde os primórdios o homem modela o espaço em que vive, ou seja, ele modifica o meio geográfico.

A Geografia Escolar compreende uma disciplina que sofreu várias mudanças durante a sua trajetória e ainda é marcada por constantes alterações. A mesma quanto disciplina é trabalhada nos currículos. Em uma breve reflexão observa-se como a mesma ficou marcada no Brasil, procurando compreender a sua configuração em diferentes momentos históricos que foram marcados por grandes acontecimentos na história da mesma quanto disciplina escolar. O percurso pelo qual a geografia traçou trouxe para ela certa estabilidade que a faz ser, forte e encantadora.

A noção de Geografia possibilita a interpretação dessa área do conhecimento em suas especificidades no âmbito da educação básica. Assim, concebendo-se enquanto uma leitura espacial de mundo, entende-se que sua constituição como tal requer que a atuação do professor e dos alunos nos processos de ensino e aprendizagem, ocorra segundo as perspectivas da educação geográfica, compreendida como viabilizadora de formas de pensar espaciais possíveis via construção conceitual oriunda de atuação profissional caracterizada pela autonomia do professor (BATISTA, 2021).

Conhecimentos ou saberes geográficos acerca da percepção e interpretação espaciais estão presentes no cotidiano das pessoas em razão delas habitarem, transformarem e organizarem o espaço geográfico. A ciência geográfica surge na Europa, quando essas interpretações passam a ser objeto de reflexões e problematizações mais metódicas, amparadas numa racionalidade rigorosa e sistematizada, proveniente da institucionalização da ciência moderna (BATISTA, 2021).

A Geografia crítica coloca-se como “uma revolução que procura romper, de um lado, com a geografia tradicional e, de outro, com a geografia teórico quantitativa, somente é

possível entender a Geografia se a analisarmos como uma ciência social que tem o espaço como seu objeto de estudo, mas não um espaço que é receptáculo das ações, apenas a base física, mas um espaço que é produzido socialmente, a partir do trabalho. Em sua necessidade de sobrevivência, o homem intervém na natureza transformando-a, via processo de produção de bens necessários à sua existência; ao mesmo tempo em que nessa relação produz o espaço geográfico transforma a si mesmo de um ser animal em um ser social (CORREA, 2001 *apud* COUTO, 2021).

Embora as correntes do pensamento geográfico tenham passado por um processo de evolução que sai de uma Geografia clássica tradicional e passa para uma Geografia crítica mais aberta à análise das questões sociais e contraditórias impostas pelo modo de produção capitalista em grande medida, ainda foram muito tímidas ou incipientes as abordagens que consideravam as relações entre classe, raça e gênero como elementos importantes para a compreensão dos conflitos sociais. É preciso chamar a atenção para a necessidade de se compreender que raça e racismo são elementos estruturais do capitalismo logo, não estão desvinculados da estrutura de classe, da relação sociedade-natureza, da exploração do trabalho, da dominação de gênero e da dominação religiosa (COUTO, 2021).

Oliveira (2019), destaca em sua dissertação, que para começar a debater sobre o ensino de geografia nas escolas, é importante refletir sobre a questão das disciplinas escolares em geral. Um dos principais pesquisadores referentes a esse aspecto é André Chervel. O historiador francês afirma que a história das disciplinas escolares é um ponto que não foi alvo de discussões muito aprofundadas no campo da educação. Esse aspecto pode ser confirmado pela própria história do campo geográfico, visto que a história da ciência geográfica é explorada de maneira muito mais forte e usual do que a história da geografia enquanto disciplina dentro das escolas.

Conforme alega Chervel (1990 *apud* OLIVEIRA, 2019), a disciplina escolar se dedica a encontrar na própria escola o princípio de uma investigação e de uma descrição histórica específica. Sua justificativa resulta da consideração da própria natureza da escola. Dessa maneira, a ideia de disciplina escolar está ligada a concepção da própria escola, que seria um mero espaço de transmissão do saber já elaborado fora desse espaço, isto é, o ambiente educacional seria apenas um espaço físico para a transferência de ideias.

Um apontamento a ser observado, é que entre as recomendações presentes nos textos sobre ensino de geografia também está a considerar os conhecimentos que os alunos trazem para trabalhar determinados conteúdos, seja sobre o município, a globalização ou até algo mais específico, como o tema do separatismo no Brasil. Diante das proposições, essas orientações

para estruturar o trabalho docente considerando os conhecimentos geográficos dos alunos também perpassam a proposta de geografia dos PCNs para o ensino fundamental.

Ademais, alguns trechos dos documentos servem como ilustração, as percepções que os indivíduos, grupos ou sociedade têm do lugar em que se encontram e as relações singulares que com ele estabelecerem fazem parte do processo de construção das representações de imagens do mundo e do espaço geográfico. As percepções, as vivências e a memória dos indivíduos e dos grupos sociais são, portanto, elementos importantes na constituição do saber geográfico. Mesmo que ainda não tenham tido contato com o conhecimento geográfico de forma organizada, os alunos são portadores de muitas informações e ideias sobre o meio em que estão inseridos e sobre o mundo (CAVALCANTI, 2012).

### 2.1.2 A formação do professor para o Ensino de Geografia

Quando se fala em geografia, tradicionalmente se relaciona a conteúdos com aspectos físicos, pois o ensino de Geografia foi por muito tempo baseado na perspectiva tradicional de uma disciplina que tinha quase exclusivamente que dar conta de aspectos, como memorizar nomes de rios, cidades e países e confeccionar mapas eram os principais pilares da disciplina. No entanto, hoje sabemos que, além desses aspectos descritivos, a disciplina tem um leque de opções extremamente grandioso, uma variedade de temas e conteúdos a serem trabalhados, essa perspectiva tradicional da Geografia é criticada (FREITAS, 2021).

Segundo traduz Lacoste (1977, p. 9):

Um dos grandes problemas enfrentados pelo professor de Geografia, como pela escola como um todo, é a dificuldade de atenção por parte dos alunos e como os professores têm competido com a tecnologia, muitas vezes mais atraente que uma sala de aula. O professor, e isso é consenso, precisa deixar de ser o agente ativo que transmite o conteúdo e passar a ser um agente motivador, que dê sentido à sua prática e ao objeto de estudo, motivando esse aluno ao aprendizado.

Nesse sentido, o mais importante é refletir sobre a centralidade da aprendizagem do aluno, entendendo assim que não tem como pensar a aprendizagem desassociada da escola e do próprio aluno, pois o professor de Geografia, a fim de desempenhar bem seu papel, precisa de muitas habilidades, envolvimento, domínio de conhecimentos e busca de inovação (FREITAS, 2021).

O modelo de formação de professores fundamentado em dualidades tem raízes históricas e foram implementadas, de acordo com Libâneo (2012), em três fases: A primeira

fase surgiu a partir das obras de Comenius (1650) e de Herbart (1805), com a criação de uma "Didática Geral" para todos os cursos de formação de professores. Na segunda fase, houve avanços em relação à fase anterior, pois pela consolidação das metodologias específicas das ciências ensinadas, a dimensão epistemológica dos conhecimentos específicos foi contemplada. No entanto, os aspectos pedagógicos relacionados à metodologia de ensino foram ignorados.

A terceira fase, caracteriza o momento presente, nela acolhe-se a ideia de unidade entre a didática e as didáticas disciplinares, mas busca-se pontos comuns que podem ser adotados no ensino das disciplinas. Entretanto, de forma geral, cabe evidenciar que ainda não há preocupação nos cursos de licenciatura em assegurar a integração entre a didática geral e as didáticas disciplinares ou entre o conhecimento pedagógico e o conhecimento disciplinar (KHAOULE, 2021).

Na atualidade, a Didática Geral ainda está presente nos currículos das licenciaturas de muitas instituições formadoras, onde se desenvolve um tipo de conteúdo de cunho prescritivo e instrumental, genérico, desvinculado de conteúdo específico. A **“Didática da Geografia”** está também presente no atual currículo de formação de professores de Geografia, geralmente desenvolvida pelos professores de forma desarticulada com uma didática básica. Essa característica leva-nos a considerar que, embora haja uma discussão no momento presente da unidade entre a didática e as didáticas disciplinares, ainda vigora nos cursos de licenciatura em Geografia, de forma predominante, a desarticulação entre o conhecimento disciplinar e conhecimento pedagógico e entre a didática e as didáticas disciplinares (KHAOULE *et al.*, 2021).

Segundo Batista (2019), ao pensarmos a formação de professores no Brasil precisamos, imprescindivelmente, refletir sobre as políticas educacionais que permeiam essa formação, assim como a forma que essa formação se articula com os currículos escolares. Devendo emergir assim, das necessidades cotidianas para sua atuação em sala de aula, deve ir além da formação para o trabalho.

Ainda nas palavras de Nóvoa (2016 *apud* BATISTA, 2019), a formação de professores perpassa pela articulação entre os conhecimentos específicos da área de atuação, dos conhecimentos pedagógicos e teorias da aprendizagem e sobre o contexto de atuação, isto é, a realidade da profissão de professor na contemporaneidade. Os estudos acerca do ensino de Geografia têm avançado significativamente nos últimos anos, tendo como ponto de partida pertinente para se refletir a respeito do ensino das ciências geográficas, analisar a importância desta ciência, para os discentes. No entanto, para que seja significativo, o mesmo deve ser

conectado com as realidades dos alunos, valorizando os conhecimentos prévios destes estudantes (SILVA, 2022).

Segundo Saviane (2011, p. 9) destaca que existem modelos diferentes de formação:

Na história da formação de professores se configuraram dois modelos contrapostos que emergiram no decorrer do século XIX quando, para se resolver o problema da instrução popular, foram instalados, em cada país, os sistemas nacionais de ensino, colocando a exigência de se dar uma resposta institucional para a questão da formação docente. Assim, a procura de uma resposta, os dois aspectos constitutivos do ato docente, o conteúdo e a forma, deram origem a duas maneiras distintas de encaminhar o problema da formação de professores. Para tanta, de um lado está o modelo para o qual a formação de professores se esgota na cultura geral e no domínio específico dos conteúdos da área de conhecimento correspondente à disciplina que o professor irá lecionar.

Desse modo, a formação pedagógico-didática virá em decorrência do domínio dos conteúdos do conhecimento logicamente organizado, sendo adquirida na própria prática docente ou mediante mecanismos do tipo treinamento em serviço, qualquer hipótese, não cabe à universidade essa ordem de preocupações. Assim, o modelo dos conteúdos culturais cognitivos de formação de professores e a outra vertente, se contrapõe o modelo segundo o qual a formação de professores só se completa com o efetivo preparo pedagógico-didático. Implicando, além da cultura geral e da formação específica na área de conhecimento correspondente, a instituição formadora deverá assegurar, de forma deliberada e sistemática, por meio da organização curricular, a preparação pedagógico-didática sem o que não estará, em sentido próprio, formando professores, o denominado modelo pedagógico-didático de formação de professores (SAVIANE, 2011).

Silva (2022), destaca, que a formação de professores é um grande desafio, visto que esses profissionais serão responsáveis pela formação de milhares de pessoas, ao longo de suas carreiras, precisando o ensino funcionar como um sistema articulado, uma cadeia de aprendizagem/ensino, ou seja, se um sujeito aprende bem enquanto aluno, provavelmente conseguirá ensinar bem, quando estiver na condição de professor. Ressaltando que, se a criança na Educação Básica não tiver uma aprendizagem significativa durante os anos iniciais, ela entrará na universidade com deficiências, que poderão se perpetuar durante toda sua trajetória acadêmica e profissional. De acordo com as ideias de Zuba (2020), os profissionais da educação anseiam por processos educativos que sejam pertinentes, capazes de formar pessoas críticas, reflexivas, propositivas, de gerar novas alternativas de vida em suas comunidades e, sobretudo, se pretende liderar processos educativos que deem, como frutos, bons cidadãos, tais ideias ocorrem em todas as sociedades, algumas com altos índices de injustiça social.

Como também, precisamos redescobrir a educação e repensar o ensino com vistas a gerar propostas educativas no seio da sociedade e, além disso, rever constantemente seu papel e suas responsabilidades como formador de opiniões, valores e atitudes. Desse modo, o professor de Geografia ou de qualquer outra ciência, da universidade ou da Educação Básica, deve atuar no sentido de construir, junto aos seus alunos, concepções acerca das realidades vivenciadas no meio geográfico (ZUBA, 2020). No que tange a articulação curricular entre as disciplinas que formam o professor de Geografia, tem sido compreendida como uma questão importante e significativa para a compreensão dos processos de ensino-aprendizagem e, de formação de professores, principalmente no que se refere à formação inicial, pois trata-se de um problema que acarreta em professores formados de forma fragmentada, prejudicando uma boa formação.

Portanto, essa desarticulação curricular entre conteúdo específicos e pedagógicos vista como um problema que ocorre nos cursos de formação inicial, parte-se do pressuposto de entender e analisar que conhecimentos e saberes o professor formador utiliza para formar e de que maneira esses conhecimentos e saberes contribuem, por meio de uma articulação entre si, para formar melhor o professor de Geografia. Desse modo, questiona-se se a função do professor formador é apenas transmitir conhecimento e saber já produzidos ou ensinar a ensinar, e qual a relação entre esses saberes e as primeiras proposições sobre o assunto apareceram nos estudos de Shulman (1987), um dos pioneiros nas pesquisas sobre (SANTOS, 2022). Em última análise, a formação de professores e o ensino de Geografia são temas de intensos debates nas discussões da atualidade e análises situacionais, reflexões teóricas e proposições didático pedagógicas são construídas por pesquisadores das diferentes regiões do país, atendo-se a aspectos relativos tanto à formação inicial e continuada dos professores desta disciplina, quanto ao processo de constituição da Geografia Escolar em sua relação com a produção do conhecimento na ciência de referência e a construção dos conhecimentos geográficos pelos estudantes da educação básica (LOPES, 2011)

### 3 A HISTÓRIA DO LIVRO DIDÁTICO NO BRASIL

A necessidade das pessoas em preservar a sua história, seus feitos e tudo o que para elas eram de suma importância, fez com que os homens durante muitos séculos procurassem por várias formas de deixar isso registrado.

A história do livro compreende uma série de inovações realizadas por diversos povos no intuito de gravar o conhecimento e passá-lo de geração em geração. O mundo não seria o mesmo se os povos não pudessem conhecer as ideias de seus antepassados. Um bom exemplo é a filosofia, que até hoje é calcada nas letras escritas por filósofos da antiga Grécia e Alemanha dos séculos XIX e XX (ARAÚJO, 2012).

Durante a Antiguidade, a primeira forma encontrada para gravar o conhecimento foi escrevendo-o em pedra ou tábuas de argila, tempos depois, surgiram os khartés, que eram cilindros de folhas de papiro fáceis de transportar, a inovação seguinte foi o pergaminho, que em pouco tempo substituiu o papiro, esse por sua vez, era feito com peles de animais como: ovelha, cordeiro, carneiro, cabra e nele era possível escrever com maior facilidade (ARAÚJO, 2012).

Com o advento da escrita começaram a aparecer os primeiros documentos e livros de forma natural assumiam a forma dependendo dos materiais e dos instrumentos que cada povo tinha à sua disposição. Exemplo, escritos sobre barro, madeira, metal, ossos e bambu.

Figura 2: Tipos de escrita, rupestre, cuneiforme e hieroglífica



Fonte: [www.acrilex.com.br/evolucao-da-escrita](http://www.acrilex.com.br/evolucao-da-escrita), 2010.

O livro surgiu no século XV, quando Johann Gutenberg inventou a prensa de tipos móveis, sendo revolucionária. Por ser mais barato o livro impresso, pode alcançar muitíssimo

mais em todas as partes do mundo, popularizou e modificou a educação, democratizando a informação e o conhecimento (ROCHA, 2014).

Algumas críticas são feitas ao livro didático, como surpreendem pela monotonia e repetitividade de exercícios que conduzem os alunos às atividades de reprodução dos pensamentos elaborados por outros, em vez de se ocuparem no processo de construção do seu próprio conhecimento. Dessa forma, o livro didático se torna uma mera reprodução de conhecimentos prontos. Abusam das ilustrações para desviar a atenção do conteúdo, são mal dosados, jogam a matéria, muitas vezes, sem método, bem como contêm imprecisões, tendo vários autores. Muitas vezes a pessoa citada nem participou da elaboração do livro, nunca deu aula, não conhece o aluno, apenas entrou na parceria (ROMANATTO, 2004).

Freitas (2004, p.1-9) tem a seguinte visão sobre o livro didático:

O livro didático faz parte da cultura e da memória visual de muitas gerações e, ao longo de tantas transformações na sociedade, ele ainda possui uma função relevante para a criança, na missão de atuar como mediador na construção do conhecimento. O meio impresso exige atenção, intenção, pausa e concentração para refletir e compreender a mensagem, diferente do que acontece com outras mídias como a televisão e o rádio, que não necessariamente obrigam o sujeito a parar. O livro, por meio de seu conteúdo, mas também de sua forma, expressa em um projeto gráfico, tem justamente a função de chamar a atenção, provocar a intenção e promover a leitura. [...] no panorama editorial geral a qualidade da linguagem gráfica tem aumentado, na área de didáticos tem-se nivelado por baixo, pois os editores têm receio de fazer qualquer coisa que envolva algum tipo de risco para as vendas.

Nas palavras de Oliveira (2019), o livro didático sempre foi considerado de qualidade duvidosa, não cumprindo seu papel de apoio ao processo educacional, sendo muitos, autoritário e fechados, com propostas de exercícios que pedem respostas padronizadas, apresentando conceitos como verdades indiscutíveis e não permitem, aos alunos e professores, um debate crítico que é uma das finalidades do processo educacional.

Cavalcanti (2008 *apud* BENTO, 2013) afirma que a Geografia brasileira, tanto a acadêmica como a escolar, institucionalizaram-se no início do século XX, via Sociedade Brasileira de Geografia, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Universidade de São Paulo e outras instituições, e, assim como em outros países, essa institucionalização está vinculada ao seu ensino. Os pesquisadores da história da Geografia destacam que, antes de se constituir como campo de formação em nível superior, essa matéria já era ensinada nas escolas.

Tendo uma relação e certa correspondência em suas trajetórias. Nesse cenário, surgiram novos caminhos na investigação sobre o ensino de Geografia, e as orientações para o trabalho docente com essa matéria escolar foram se reconstruindo. Nas duas últimas décadas do século

XX, ocorreram variados “eventos” que contribuíram para mais uma reformulação da geografia escolar, bem como da geografia acadêmica.

Bento (2013), enfatiza que a estruturação da geografia escolar é realizada e praticada em última instância pelo professor dessa matéria, em seu exercício profissional cotidiano. Para isso, ele tem múltiplas referências, mas as mais diretas são, de um lado, os conhecimentos geográficos acadêmicos, tanto a Geografia acadêmica como a didática da Geografia, e, de outro, a própria Geografia escolar já constituída.

### **3.1 O livro didático de geografia**

No Brasil as primeiras ideias sobre o livro didático surgiram no final da década de 20 do século passado, ou seja, em 1929, com a criação do Instituto Nacional do Livro (INL), esse instituto foi criado para legitimar o livro didático nacional e auxiliar na sua produção, mas tudo isso ficou no papel por muito tempo, foi apenas em 1934, no governo do presidente Vargas que o instituto começou a elaborar um dicionário nacional e uma enciclopédia e aumentar o número de bibliotecas públicas.

Vale inferir que no ano de 1938, o então Ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema sugeriu a criação de um decreto-lei que iria fiscalizar a elaboração do livro didático, e com isso o governo iria controlar a informações que iria circular dentro das escolas (GATTI, 2004). Sendo a educação um desafio e o educador um agente nesse processo que viabiliza o desenvolvimento do conhecimento, é necessário que suas práticas sejam diversificadas e desafiadoras a ponto de ampliar as competências dos seus alunos. Além disso, os ambientes de aprendizagens da escola e sala de aula, ou fora desta, deverão ser múltiplos e desafiantes.

A Geografia é uma ciência que nos revela o espaço territorial, cultural e histórico, por meio de suas paisagens, que mostram as práticas sociais ou que ocorrem nesse ambiente. O modo como essa disciplina irá permear o discurso do professor precisa ser o reflexo do cotidiano, pois tanto o espaço quanto a sociedade que produzem esse cotidiano são mutáveis, geram movimentos e acontecimentos que atingem a nossa existência.

No Brasil, o dia 27 de fevereiro é comemorado o Dia Nacional do Livro Didático, a data, criada em 1929, pelo Instituto Nacional do Livro (INL), presta uma homenagem a esta ferramenta, que é a mais utilizada pelos educadores no auxílio à condução da prática pedagógica. Um livro é instrumento de divulgação de ideias, crenças, valores, culturas e conceitos. Deste modo, quando inserido no dia a dia escolar, é símbolo de uma longa história de conquistas (FERREIRA, 2008).

Desse meandro, os primeiros livros foram criados pelos sumérios, quando começaram a escrever em tabletes de argila, por volta do ano 3.200 a.C., na Mesopotâmia, o conteúdo era variado, passando por leis, assuntos administrativos e religiosos, lendas e até poesia. Com o tempo, seu formato e material mudou, até a grande invenção do alemão Gutenberg, datada de 1450: a prensa e os tipos móveis (Figura 3). Com ela, a produção do livro ganhou agilidade (FERREIRA, 2008).

Figura 3: Modelo de impressora de Gutemberg



Fonte: segredodomundo.r7.com, 2012.

Apesar dessa visão, vamos encontrar em muitas escolas um ensino de Geografia amparado em metodologias tradicionais, ancorado pela memorização de aspectos físicos, desvinculados da presença do ser humano como agente transformador do espaço geográfico. Isso reflete na postura do aluno, no decorrer do processo de ensino-aprendizagem, que se fixa em direcionamentos descritivos e em praticar atividades, em grande parte prescritas pelos livros didáticos, carregados de informações muitas vezes desvinculadas de sua vivência e convivência.

A pesquisa aliada ao ensino cotidiano da sala de aula permite captar a realidade do grupo no qual se pretende interagir e analisar, permitindo ainda que o investigador/pesquisador seja um agente social contextualizado, no qual todos os envolvidos são coprodutores de uma ou muitas geografias, aproximando e enriquecendo as análises, ao mesmo tempo em que o envolvimento dos alunos implicará em acréscimos no conhecimento e nas reflexões acerca dos

acontecimentos. Essa reflexão permitirá, ainda, que se delineiem novas experiências e a abertura para outras novas vivências.

A Geografia Crítica, por sua vez, apresenta o espaço como uma categoria, como um conceito-chave, com a propriedade das ideias marxistas e através do materialismo histórico e dialético, ao conceber o espaço como o local de desenvolvimento das relações sociais de poder e de produção e reprodução dessas relações na sociedade. Sabemos que Geografia, assim como outras ciências, utiliza-se de alguns conceitos básicos para basear os seus estudos e que orientem o recorte e a análise de um determinado fenômeno a ser estudado. Em relação ao estudo do espaço geográfico principal objeto de análise da Geografia, podemos destacar cinco principais conceitos que se consolidaram como categorias geográficas: território, região, paisagem, espaço e lugar.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) de Geografia, elencam conteúdos, orientações didáticas e processos de avaliação, bem como outras propostas para os professores conduzirem os seus trabalhos acerca da efetivação desses conceitos. De acordo com os PCNs, os conteúdos partem de uma discussão acerca do lugar de moradia, diferentes lugares e paisagens, rua e bairro, os tipos de paisagens, bem como já se faz um estudo dos elementos constantes das paisagens rurais e urbanas e o modo de vida das pessoas.

Na sequência, retomam-se conceitos de rua, bairro, modo de vida e introduz o conceito de cidade. Em séries posteriores ao primeiro e segundo ano do Ensino Fundamental reforçam-se os conceitos de paisagem rural e urbana, abordando-se as transformações na natureza causadas pela ação humana e suas consequências ambientais, bem como o avanço e a utilização das tecnologias na comunicação e nos transportes, identificando o papel destas tecnologias na configuração das paisagens rurais e urbanas.

Por fim, há a apresentação de conteúdos referentes à categoria território, como são construídas as fronteiras; as atividades do homem no processo de construção ou desconstrução do espaço geográfico e as suas relações de poder.

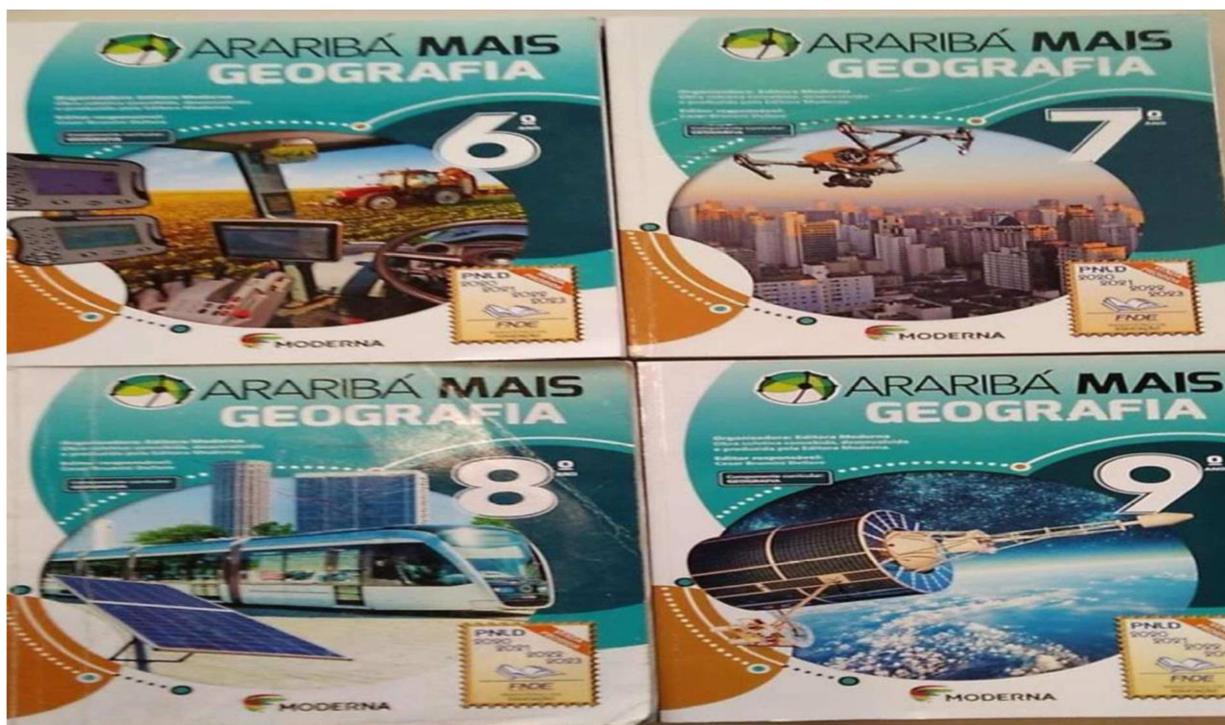
O livro didático tem o caráter mais pedagógico e tem o objetivo de complemento dos livros clássicos quando são utilizados nas escolas, sendo, muitas vezes a única alternativa para os professores auxiliarem seus alunos do processo de aprendizagem.

No que concerne ao livro didático, sabe-se que é fundamental refletirmos sobre a pertinência do material didático de geografia, pois muitas vezes, é tido como material de referência e por entende-lo como uma obra planejada, produzida e avaliada com o propósito de garantir a aprendizagem dos alunos e a progressão dos conteúdos; como um recurso a mais para a prática docente; como elemento mediador entre a prática pedagógica e a aprendizagem

dos alunos, defende-se a importância da produção do material didático adequado aos objetivos de aprendizagem e aos projetos educativos que circundam as escolas. Assim, o livro didático deve ser utilizado como material de apoio que subsidie as práticas de letamentos e permita a contextualização das diversas realidades e culturas sociais, assegurando o acesso aos acervos literários, recursos informativos, audiovisuais, brinquedos, ludicidade e outros materiais disponíveis nas instituições de ensino (ROCHA,2017).

Segundo Neto (2015), serve de ponte entre as instâncias produtoras do conhecimento e o processo pedagógico, sistematizando e didatizando os saberes escolares através da exposição do conhecimento em áreas específicas, por meio de seções sistematicamente repetidas, do estabelecimento do programa, da organização dos conteúdos e da elaboração dos exercícios, pautando o dia a dia das aulas e, por vezes, assumindo as responsabilidades do professor.

Figura 4: Coleção do livro didático adotado na CE Mato Grosso



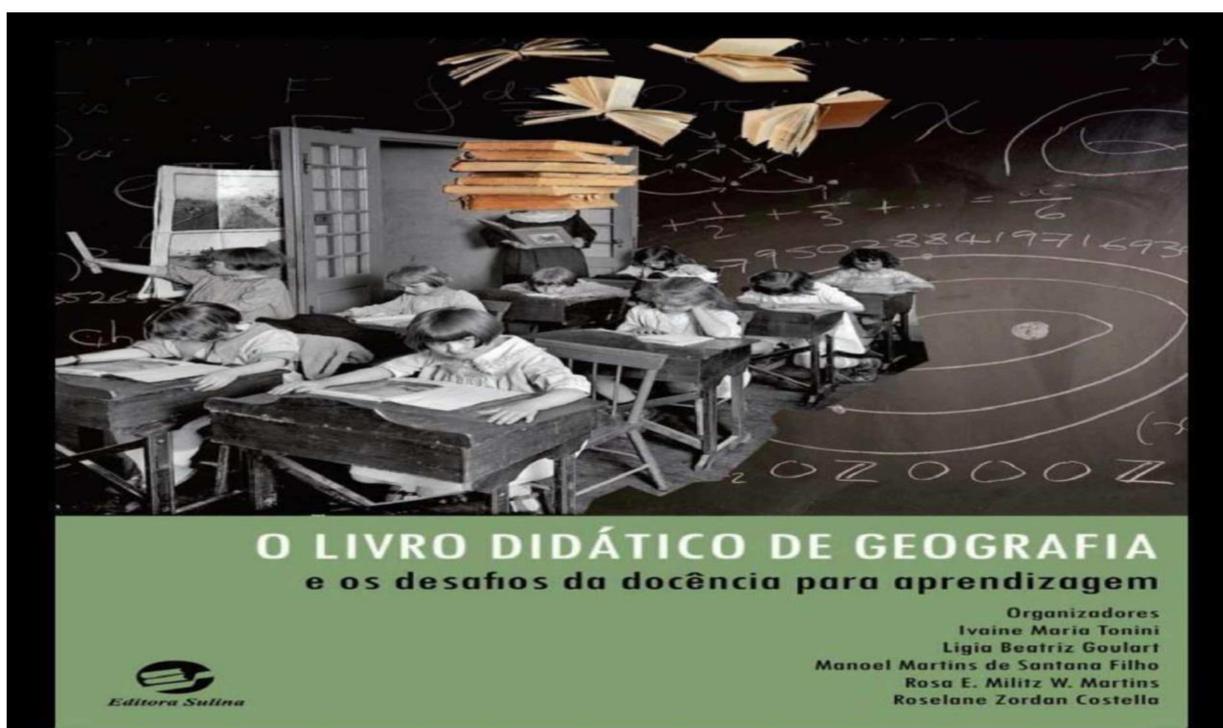
Fonte: Editora Moderna, 2020

O livro didático acima faz parte da coleção utilizada pelos professores do Centro de Ensino Estado do Mato Grosso. Guimarães (2018), enfatiza que estudar Geografia é uma oportunidade para compreender o mundo em que se vive, na medida em que esse componente curricular aborda as ações humanas construídas nas distintas sociedades existentes nas diversas regiões do planeta e simultaneamente, a educação geográfica contribui para a formação do conceito de identidade, expresso de diferentes formas: na compreensão perceptiva da paisagem,

que ganha significado à medida que, ao observá-la, nota-se a vivência dos indivíduos e da coletividade; nas relações com os lugares vividos; nos costumes que resgatam a nossa memória social; na identidade cultural; e na consciência de que somos sujeitos da história, distintos uns dos outros e, por isso, convictos das nossas diferenças.

Para fazer a leitura do mundo em que vivem, com base nas aprendizagens em Geografia, os alunos precisam ser estimulados a pensar espacialmente, desenvolvendo o raciocínio geográfico. O pensamento espacial está associado ao desenvolvimento intelectual que integra conhecimentos não somente da Geografia, mas também de outras áreas como Matemática, Ciência, Arte e Literatura. Essa interação visa à resolução de problemas que envolvem mudanças de escala, orientação e direção de objetos localizados na superfície terrestre, efeitos de distância, relações hierárquicas, tendências à centralização e à dispersão, efeitos da proximidade e vizinhança (GUIMARÃES, 2018).

Figura 5: Livro didático de geografia



Fonte: [www.ufrgs.br/neegeo/wp-content/uploads/O\\_livro\\_didatico\\_de\\_geografia](http://www.ufrgs.br/neegeo/wp-content/uploads/O_livro_didatico_de_geografia), 2022.

A escala, conceito tão caro à ciência geográfica, foi empregada na delimitação deste texto para calibrar olhares sobre o Livro Didático. Ao olhar o “mundo” de possibilidades de reflexões e ações das relações entre Escola, políticas públicas, currículos, avaliação, formação de professores, docência e Livro Didático, nossos olhares foram enxergando aquele profissional que, muitas vezes na solidão da escolha, folheia o Guia do Livro Didático. Então, definimos

que nossas lentes seriam ajustadas por esse documento que faz parte da semântica escolar e potencializa a escolha dos professores.

Escrever textos de Geografia é grafar um sistema de coordenadas, não é uma preocupação imediata se o professor faz ou não uso do Guia para escolher o livro que utilizará com seus alunos, mas refletir sobre algumas das ferramentas utilizadas por esse instrumento para **conduzir** o posicionamento do professor ante as coleções aprovadas para compra e distribuição nas escolas públicas pelo Ministério da Educação (GOMES, 2017).

Tonini (2011) nos faz instigar a questionar a organização discursiva do livro e, nessa direção, possibilitam analisá-lo a partir das disputas de saber-poder que o constituem e que se deixam ver na política pública encabeçada pelo PNLD. Essas disputas se ramificam por todas as práticas educativas e incidem, de maneira variável no tempo e no espaço, na configuração desses materiais didáticos. Nesse sentido se faz importante analisar o contexto temporal e espacial em que o livro é produzido, entendendo, a partir dessa advertência, que as análises devem ter coerência com o posicionamento do Livro Didático na cultura escolar e nas práticas pedagógicas que fomenta.

A compreensão do Livro Didático não envolve apenas inserir a variável histórica nas análises, mas contextualizar as reflexões sobre ele a partir do posicionamento político dos sujeitos que o constituem como ferramenta pedagógica para uso nas escolas. Na contemporaneidade não apenas os saberes presentes nos livros funcionam como ferramentas pedagógicas, mas os conhecimentos gestados no processo de avaliação encabeçado pelo PNLD. Ele aciona micro e macropolíticas que funcionam a partir de decretos, leis, pareceres, manuais, encontros pedagógicos, produções acadêmicas, editoras, associações de classe, professores, alunos, secretarias de educação (GOMES, 2017).

Nesse pensar, no tocante ao desvio da aprendizagem que se apresenta em forma de memorização, deve o professor construir um conhecimento arraigado de percepções internas dos alunos, mas reelaborá-las através do conhecimento científico, e assim considerar suas vivências, lapidando-as para transcender a algo maior o aprendido, isso deve ser feito confrontando uma tríade importante para este processo: vivido, concebido e científico, devendo o professor captar as falas dos alunos e as reelaborar. Esse processo deve levar em consideração o que se chama de saber cotidiano e ao mesmo tempo alerta sobre o cuidado ao construir um conhecimento a partir desse saber. Penin (1993) que reforça esse alerta ao enfatizar que independente do saber ele só se torna conhecimento se passar de forma dialética pelo crivo do pensamento reflexivo, nos arremetendo à conscientização da importância do professor mediador e de seus conhecimentos e reflexões (OLIVEIRA *et al.*, 2018)

Ou seja, trabalhar o cotidiano dentro da disciplina geografia, fazendo um paralelo do texto com a realidade de cada região, por exemplo. Desse modo, quando se fala do ensino de geografia essas características devem coexistir com a construção dos conceitos, pois os conceitos geográficos estão no cotidiano dos alunos e contribuem para que os mesmos formem seus valores sociais e assim, pensando nessa relação conceitos e cotidianos podemos citar os conceitos como natureza e sociedade, pois estes devem ter seu ponto de partida no mundo vivido dos alunos, mas não se pode fugir do confronto da tríade citada anteriormente, que instigará os alunos a reformular os significados por eles dados, devendo também o professor relacionar estes conceitos com as análises ambientais os despertando para a realidade da relação homem-natureza.

Esta relação também pode ser dada quando nos referimos ao conceito de lugar, visto que é no lugar que eles vivem e produzem suas experiências. Fatores estes que devem ser a priori considerados para que os alunos construam seus próprios conceitos e a posteriori o professor os aprimore com sua cientificidade (OLIVEIRA et al., 2018). Para que o conceito fique abstrato o estudo da geografia usa mapas como ilustração para melhor compreensão conforme mostra figura abaixo do mapa do Brasil e capitais

Figura 6: Mapa do Brasil e capitais



Fonte: [www.brasilecola.uol.com.br/Brasil/esta-dos-Brasil](http://www.brasilecola.uol.com.br/Brasil/esta-dos-Brasil), 2022.

Como por exemplo, trabalhar o espaço geográfico de São Luís, contextualizando com a realidade local dos alunos. Em outra vertente, Carneiro (2017), corrobora diz que fica patente a importância do papel do professor como mediador desse processo pedagógico, no sentido de construir um conhecimento geográfico significativo aos alunos, em vista de uma sociedade mais humanizada, para tanto, o conhecimento geográfico torna-se relevante aos educandos, na medida em que possibilita a reflexão crítica sobre a complexidade do mundo, em suas múltiplas dimensões locais e globais, tendo como pressuposto básico a visão relacional da realidade-mundo, nas interconexões.

Ademais, o Currículo deve ser construído alinhado à documentos como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), as Diretrizes Curriculares Nacionais, os Parâmetros Curriculares Nacionais e dialogar com o Projeto Político Pedagógico da escola, pois este documento define alguns objetivos e metas a serem alcançados a nível escolar enquanto os demais citados buscam delinear os objetivos a nível nacional (PAULA, 2022).

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento que regulamenta quais são as aprendizagens essenciais a serem trabalhadas nas escolas brasileiras públicas e particulares de Educação Básica para garantir o direito à aprendizagem e o desenvolvimento pleno de todos os estudantes. Nesse aspecto, apresenta em suas premissas o objetivo de promoção da igualdade no sistema educacional, colaborando para a formação integral e para a construção de uma sociedade mais justa, democrática e inclusiva (BRASIL, 2017). Ao ter como objetivo nortear os currículos dos estados e municípios de todo o Brasil a partir dessas perspectivas, a BNCC coloca em curso o que está previsto no artigo nove da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) sancionada em 1996 (BRASIL, 1996).

Assim, a importância da educação geográfica, como a de qualquer dimensão curricular, decorre fundamentalmente da concepção de cidadão que uma sociedade se propõe como referencial de orientação ao processo educativo escolar. A Nova Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para o ensino fundamental e médio tem como um dos seus principais objetivos, construir uma grade curricular unificada em todo país, respeitando o regionalismo e a interdisciplinaridade.

A LDB ressalta, que cabe ao Governo Federal “estabelecer, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, competências e diretrizes para a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio, que nortearão os currículos e seus conteúdos mínimos, de modo a assegurar formação básica comum” (BRASIL, 1996 p. 12).

De tal modo, nesse contexto reflexivo, enfatiza-se que as propostas pedagógicas e os conhecimentos geográficos estejam relacionados a interesses e necessidades dos alunos,

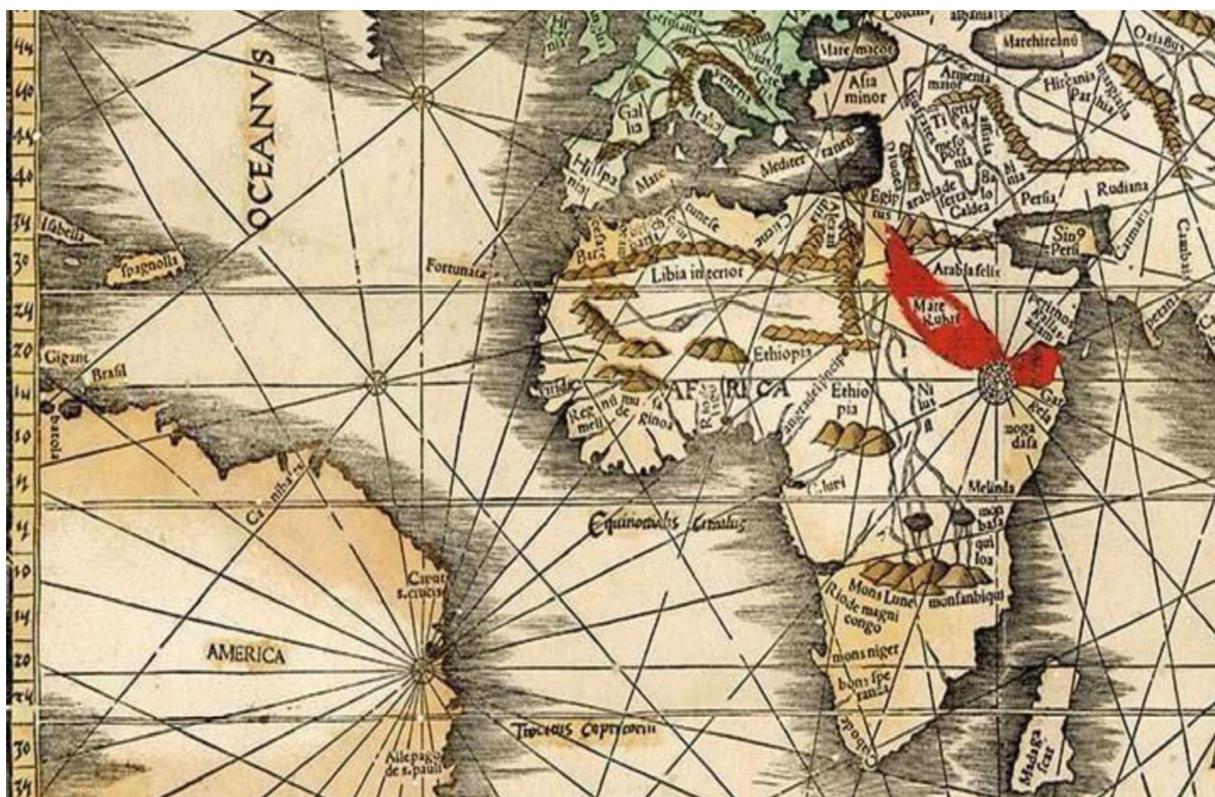
possibilitando-lhes regionalismo o que diz A LDB, um saber qualificado sobre o espaço em que estão inseridos, e para nele agir coerentemente e dentro as potencialidades pedagógicas da Educação Geográfica.

Ainda nesse pensar, para o componente de Geografia, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) propõe que todos os estudantes desenvolvam a capacidade de ler e interpretar mapas. A partir do domínio das diferentes formas de representação da realidade, eles devem adotar o raciocínio para resolver problemas e posicionarem-se de forma ativa diante das mais diversas questões da sociedade.

Conforme corrobora Carneiro (2017), conhecer cartografia é muito importante, pois proporciona a aquisição de conhecimentos e compreensão do espaço geográfico, levando o aluno a analisá-lo de forma crítica e atuar na realidade à qual pertence, contribuindo para a construção da cidadania. Sendo um instrumento fundamental na construção da concepção de espaço geográfico, pois, plantas, cartas e mapas são representações da realidade espacial e auxiliam o educando a ler e interpretar o mundo, em suas diferentes escalas, apoiando o educador a buscar a formação de alunos críticos, numa perspectiva espacial cidadã, igualmente, a apropriação conceitual da Cartografia pelo educando, via ensino da Geografia, pressupõe o desenvolvimento de uma consciência espacial das coisas, dos fenômenos, das relações sociais que se travam no mundo.

A cartografia é arte, pois subordina os princípios fundamentais do processo cartográfico, às leis da estética e os mapas geográficos, os Atlas, as cartas náuticas, as plantas, os desenhos e os panoramas constituem importante contribuição ao estudo da formação da história do Brasil e do território nacional. Graças ao denodo de cartógrafos, engenheiros, desenhistas, topógrafos, navegantes, sem falarmos dos viajantes que aportaram na Terra de Santa Cruz, todos verdadeiros artistas pesquisadores, o Brasil de hoje pode melhor conhecer as rotas marinhas utilizadas pelos navegadores europeus, as utopias dos holandeses e dos franceses no Nordeste, a descoberta da Amazônia, o desbravamento dos bandeirantes, os roteiros do ouro pelas Minas Gerais e o traçado de nossos limites fronteiriços (MASSARANI, 2003). Percebemos a importância da cartografia, como mostra a Figura 7, abaixo.

Figura 7: Cartografia de 1822



Fonte: <https://www.todamateria.com.br/o-que-e-cartografia, 2022>

O processo metodológico de aprendizagem do mapa condiciona o início da aprendizagem da linguagem cartográfica, o que acabou ficando comumente conhecido como “alfabetização cartográfica”, de modo que, para a Geografia alfabetizar significa “possibilitar ao aluno que ele possa ler o espaço geográfico e, portanto, entendê-lo (MORO, 2007 *apud* NOVACK, 2016).

Nesse aspecto, é de vital importância que o professor de Geografia desenvolva uma metodologia para o ensino de Cartografia em sala de aula, visando, principalmente, à melhoria por parte dos alunos no processo de leitura e compreensão de cartas e mapas temáticos. Portanto, podem ser utilizados os mapas existentes no próprio livro didático, em capítulos sobre a economia, urbanização, população, relevo e outros temas, ou até mesmo outros mapas disponibilizados na internet.

Segundo Scotton (2022), a evolução das críticas, conforme destaca Ruy Moreira em seu livro “Pensar e Ser em Geografia”, essa ciência também passou a ser utilizada para desvendar as máscaras sociais, uma vez que ela revela como os sistemas econômicos, políticos, ideológicos e sociais se manifestam sobre as pessoas e sobre o espaço. Temas como a

segregação espacial, o processo de favelização, a evolução e espacialização da violência e marginalidade são estudados e explicados em suas raízes pela Geografia.

### **3.2 A importância do PNLD e sua inserção no contexto da Política Nacional de Educação**

O Programa Nacional do Livro Didático, com esta denominação, foi criado pelo Decreto nº 91.542, de 19 de agosto de 1985, em substituição ao Programa do Livro Didático para o Ensino Fundamental (PLIDEF). As modificações ocorridas no PNLD a partir de 1985 em relação à política até então adotada, o controle de decisão passa ao âmbito da FAE, em nível nacional, a quem cabia realizar o planejamento, a compra e a distribuição do livro didático com recursos federais, a não interferência do MEC na produção editorial, que ficava a cargo da iniciativa privada, a escolha dos livros pelos professores, a reutilização dos livros por alunos em anos subsequentes, as especificações técnicas rigorosas, visam ao aumento da durabilidade do material, o início da organização de bancos de livros didáticos (KANASHIRO, 2008).

A escolha do material didático é fundamental para um bom desempenho em sala de aula e com uma pluralidade tão grande no ensino público brasileiro, nada melhor do que os próprios professores e membros das escolas para avaliarem quais livros atendem melhor aos seus alunos, mas como fazer parte desta escolha, pelo Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD).

O PNLD é um programa do Ministério da Educação (MEC), junto ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), para a compra e distribuição de livros e materiais didáticos para professores e estudantes de escolas públicas de todo o país.

Os livros didáticos destinados às instituições públicas fazem parte do Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) e, embora circulem pelas escolas brasileiras há muitas décadas, têm sido objeto de estudos mais aprofundados na atualidade. Desde o século XIX há livros didáticos utilizados na educação brasileira, e estes ocupam lugar privilegiado em muitas salas de aula, por meio desse material, a sociedade ou parcela dela, estabelece o que precisa ser lembrado e que realmente importa sabermos sobre determinado período (COPATTI, 2020).

Desse modo, sempre ficava uma lacuna nessas ocasiões, pois havia o processo de análise e escolha rápidas e desorganizado, além de aleatório, ou seja, não destinava tempo suficiente para analisar e avaliar os livros didáticos e, conseqüentemente, a escolha tornava-se pouco criteriosa. Além disso, a falta de uso de critérios e regras dispostas pelo programa do Governo Federal.

Diante disso, sentimos a necessidade de analisar o Programa Nacional do Livro Didático a partir de sua estrutura, funcionalidade, base histórica e sua evolução, onde buscou-se entender a participação dos agentes executores/consumidores do processo, na intenção de conhecermos a dinâmica e a dimensão de atuação desse programa, uma vez que o livro didático no Brasil é um instrumento muito consumido e que está presente em praticamente todas as escolas públicas do país (COPATTI, 2020).

Romanini (2013) enfatiza, que a revisão da literatura sobre o PNLD se faz importante para situá-lo como política pública ao longo da história da educação com ênfase na primeira metade do século XX no Brasil, como para situá-lo na história do livro didático e o PNLD tem muitas dimensões: social, econômico, educacional e cultural e por isso é importante focalizar cada uma delas e das mudanças que foram acontecendo ao longo do tempo além de sua permanência ao longo da história.

Os livros escolares, no caso os didáticos, não são como os demais livros por vários motivos, seja pelo seu tempo de utilidade, pela rapidez em ficar desatualizado, pela especificidade de sua produção ser em disciplinas, série/ano, por serem portadores da identidade cultural da sociedade em determinado momento, mas principalmente, pelo interesse mercadológico que vem suscitando nas últimas décadas e pelo volume de gastos públicos que lhe vem sendo destinado. Apesar do livro didático ter sido considerado uma produção menor, por muito tempo, nem por isso sua presença na escola e junto aos alunos permitiu não considerá-lo essencial para o entendimento da sociedade (ROMANINI, 2013).

Kanashiro (2008, p. 11):

É difícil definir o livro didático, e pensá-lo implica considerar sua função escolar e também a interferência de várias pessoas em sua produção, circulação e consumo. Significa refletir sobre a contradição entre a finalidade educativa, de um lado, e a lucrativa, de outro; colocar em choque os interesses elevados, ligados ao conhecimento e à formação do ser humano, e os políticos e econômicos, ligados à instrumentalização como política educacional e à indústria cultural. Essa reflexão pode ocorrer de forma mais intensa em países como o Brasil, cuja produção desses materiais cabe à iniciativa privada e é orientada por políticas governamentais.

Alguns pesquisadores analisam e elucidam todas essas questões. O pesquisador CHOPPIN (2001) *apud* Kanashiro (2008), por exemplo, traz uma contribuição teórica de amplitude à investigação histórica do livro didático, em países ocidentais e orientais. Em sua concepção, os manuais escolares podem ser definidos como ferramenta pedagógica destinada a facilitar a aprendizagem, constituindo um suporte dos conteúdos que a sociedade valoriza e

quer passar aos jovens, devem estar de acordo com os programas oficiais, quando estes existem e, por fim, transmitem um sistema de valores e uma ideologia.

Rodrigues (2021), destaca, que com as incumbências dos professores em relação às Leis de Diretrizes e Bases (LDB), estes têm como proposta pedagógica e com as didáticas a serem aplicadas não depende só do professor e de seus métodos de que envolva outros fatores de natureza social, psicológica e da dinâmica geral da escola. Com as crescentes abordagens teóricas dentro da análise da educação, é importante direcionar caminhos a ser efetivação de valores reais qualitativos e quantitativos para um melhor sistema de ensino e aprendizagem.

É fundamental diagnosticar quatro mecanismos necessário a aprendizagem contemporânea que são aprender a conhecer, aprender a viver e aprender a ser. Esses mecanismos podem possibilitar que os discentes se tornem um ser ativo, reflexivo e docente, um mediador de aprendizagem da dinâmica sociocultural, pois, no mundo atual, a educação não deve ficar paredes de uma sala de aula, mas em todos os momentos da vivência do aluno como ser social.

A escola é uma instituição que trabalha com a socialização do conhecimento, formação de hábitos, valores e atitudes para refletirmos sobre o valor e o significado da ação docente, meditamos sobre o educador e a condição em que ele se encontra na utilização do livro didático nas escolas é de fundamental importância para os profissionais e os alunos que com est que propicia o desenvolvimento didática em sala de aula (RODRIGUES, 2021).

Pimenta (2017) enfatiza que o professor é o profissional da educação que domina determinados saberes, que, transformações e configurações a estes saberes e, ao mesmo tempo, assegura a extensão ética dos saberes que dão apoio à sua prática seu trabalho. Sendo assim a educação é uma prática social, a docência é uma atividade complexa e é um processo dinâmico, o professor deve se identificar com a cultura de aprendizagem do significado as suas práticas pedagógicas. Práticas que respeitem o aluno como reproduzidor do conhecimento e a escola exercício de cidadania (RODRIGUES, 2021).

Assim, as políticas públicas para o livro didático existem no Brasil há quase um século e a partir dos anos de 1930 elas ganharam destaque nos períodos de governos no Estado Novo e Militar. Ademais, em cada um desses períodos históricos tais políticas se constituíram de modo articulado aos interesses hegemônicos e foram objeto de estudos e debates no âmbito educacional.

Ainda nessa esteira, nos anos de 1980, os movimentos pela redemocratização do Brasil colocaram em pauta, mais uma vez as políticas do livro didático. Desse modo, alguns pontos a serem debatidos foram levantados, entre eles: a questão das políticas do livro terem cunho

assistencialista, a questão do desperdício de dinheiro público com os livros descartáveis; a qualidade material dos livros; a qualidade interna, relativa aos conteúdos e metodologias de ensino dos livros (FIRKOWSKI, 2010).

A partir desse debate foi criado, em 1985, o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), que tinha como objetivos imediatos universalizar o atendimento aos alunos das escolas públicas e estabelecer a análise, seleção e indicação do livro didático. Esses objetivos nada tinham de novo em relação às políticas anteriores do livro didático, porém, na execução do PNLD ocorreram algumas mudanças significativas que envolveram aspectos sociais, técnicos, econômicos e começaram a afetar o envolvimento dos sujeitos envolvidos no uso do livro didático (FIRKOWSKI, 2010).

Segundo Cancellier (2017), o Brasil é um país muito extenso, um dos cinco de maior área do mundo e mesmo assim, independentemente de onde cada um nasceu, essas grandes distâncias não impedem que nós, brasileiros, tenhamos muitas coisas em comum: falamos todos a mesma língua, usamos a mesma moeda, temos o mesmo presidente da República e vivemos sob a mesma constituição.

Quando o entendimento de lugar perpassa apenas uma questão espacial, passando a relacionar sentimentos e vivências, a relação não será mecânica, mas sim natural. A integração entre educação e lugar é importante por alguns motivos, dentre eles: O estudo do lugar tem, portanto, um terceiro significado para a reeducação das pessoas na arte de viver bem no lugar em que estão. A diferença entre habitar e residir é importante aqui (CANCELLIER, 2017).

No entanto, apesar dessas e de muitas outras características em comum, possuímos também particularidades e diferenças que podem ser percebidas no dia a dia e na culinária, por exemplo, muitas vezes um prato tradicional em um estado pode ser pouco conhecido em um estado vizinho. Ademais, o mesmo pode acontecer em relação às festas populares, ao artesanato, ao modo de nos vestirmos ou de nomearmos as coisas e ao planejar aula, o professor deve escolher diferentes recursos audiovisuais como quadro o álbum seriado, filme, mapas, gráficos, painel, revistas, slides, com o objetivo do aluno assimilar de melhor forma os conteúdos, através da sua percepção visual, construindo assim seu conhecimento geográfico.

Todas essas diferenças são resultado de muitos fatores, principalmente das características históricas, geográficas e culturais de cada região ou estado desse Brasil tão grande. Uma das maneiras de se perceber melhor as particularidades de nossa região é conhecendo a história e a geografia do estado em que vivemos.

Para entendermos este gigantesco negócio de cifras generosas, que é o mercado de LD's no Brasil, é importante antes compreendermos como esta mercadoria foi pensada ao longo da

história educacional brasileira e através de que tipos de políticas governamentais, ele chega aos seus destinatários finais. A princípio o LD é mais um produto destinado ao mercado escolar, mas contrariando o senso comum, ele deve ser visto como um produto cultural. Bittencourt (1993), nos atenta para a natureza complexa do LD enfatizando que é justamente por isso que ele desperta interesse nos variados domínios da pesquisa.

O autor em referência aponta que um objeto do mundo da edição; e por isso obedece às técnicas e normas de fabricação e comercialização exigidas pelo mercado também é um depositário dos conteúdos educacionais, sendo suporte privilegiado para se recuperar conhecimentos e técnicas considerados essenciais por uma sociedade, em época determinada (FREISLEBEN, 2022). A partir da década de 1960, cresce e diversifica-se a produção de LD's no Brasil devido a diferentes fenômenos, conforme Soares (1996): o primeiro, diz respeito à diminuição do tempo de permanência na escola de um determinado livro; segundo, a autoria dos LD's desloca-se progressivamente de cientistas, intelectuais, professores catedráticos de universidade, para professores do ensino elementar; terceiro, devido à expansão da rede de ensino e ampliação do alunado, acelerando o processo de industrialização do país, e quarto, as mudanças em seu conteúdo e na sua didatização.

O desenvolvimento cada vez mais rápido dos conhecimentos, segundo Soares (1996), conduz a frequentes e significativas mudanças nos LD's. Resultado de uma vendagem maior, o LD ganhou destaque comercial, fazendo com que editores passassem a considerá-lo como o produto principal da produção de livros, superando os livros de literatura e os científicos (FREISLEBEN, 2022).

Por outro lado, alguns professores defendem a sua utilização com ressalvas. No entanto, ainda, é grande a dificuldade que enfrentam aqueles docentes que não o querem adotar como instrumento do processo ensino-aprendizagem. Os defensores do uso do livro didático, em sala de aula, também, reconhecem os problemas que o seu uso pode gerar por se constituir em um corpo estranho, com objetivos fixados fora dos propósitos estabelecidos pelos professores que se valem deste instrumento de ensino (BLOIS, 1979).

Mesmo que muitos sejam contra os livros didáticos, com argumentos coerentes, os livros didáticos são uma realidade, cada vez mais, abrangente em nosso país, envolvendo, anualmente, uma quantia volumosa de exemplares a ser distribuída principalmente pelo Governo Federal (CASSIANO, 2005).

### 3.3 Os caminhos teóricos metodológicos do ensino de geografia

O cenário de transformações no campo da ciência geográfica, encontra-se o ensino de Geografia, que ao longo do tempo foi marcado pelo ensino tecnicista aliado a concepções da Geografia tradicional, dessa maneira reproduz-se em contexto escolar um ensino fragmentado e desarticulado do mundo vivido pelo estudante. Assim sendo o movimento de renovação da Geografia brasileira, advindo em parte de transformações no cenário global e nacional, se colocou também como possibilidade para a renovação teórico-metodológica do ensino de Geografia (FERREIRA, 2019).

A partir dessa percepção do movimento de renovação da Geografia, percebido no Brasil, desde 1978, nominadamente, o pensamento geográfico brasileiro passa por um processo interno de questionamento, renovação discursiva e intenso debate.

Desse modo, Moreira (2000, p. 28) destaca surgimento de novos ares:

As mudanças resultantes desse movimento trouxeram novos ares e ímpeto transformador à ciência geográfica, frente aos descontentamentos e a fragilidade da Geografia tradicional, que não conseguia, [...] por meio da descrição e da representação dos fenômenos da superfície terrestre, explicar o mundo em constante transformação. A compreensão da organização de espaços distintos, diversos e agora conectados demandou uma mudança de concepções para a Geografia enquanto ciência.

Moraes (1987 *apud* FERREIRA, 2019), afirma que os geógrafos críticos, em suas diferenciadas orientações, assumem a perspectiva popular, a da transformação da ordem social. Buscam uma Geografia mais generosa e um espaço mais justo, que seja organizado em função dos interesses dos homens. De forma mais abrangente pode-se afirmar que a análise geográfica desloca da enumeração e descrição da paisagem para a compreensão do espaço em sua totalidade.

A Geografia, se constitui como uma das primeiras formas de o homem se apropriar do meio. Muito antes do desenvolvimento da linguagem, os homens primitivos já elaboravam garatujas nas paredes das cavernas, em blocos de argila e, mais tarde, em peles de animais, indicando localizações com elementos de referência. Assim nascia a geografia, como parte das estratégias de sobrevivência humana (FARIA, 2017).

No século XIX, com o mundo todo demarcado, temos a introdução da Geografia como componente curricular. Até o início do século XX, a Geografia era meramente conteudista, cujo ensino se restringia às descrições das características das paisagens e, aos alunos, restava a famosa “decoreba”, ou seja, a pura memorização daquilo que estava escrito no material que

recebiam. Não havia, portanto, uma reflexão acerca do que se estudava, muito menos uma elaboração teórico-metodológica por parte dos professores. É importante ressaltar que não contávamos com profissionais específicos, com formação em Geografia. Não existia um curso universitário para tanto (FARIA, 2017).

É importante destacar, que nas condições colocadas pelo atual momento histórico, ou seja, do espaço globalizado, em que os interesses econômicos, acabam se sobrepondo aos interesses locais. Dessa maneira, torna-se imperativo no processo de ensino-aprendizagem da Geografia a necessidade de formar nos educandos a consciência espacial, ou seja, a compreensão da espacialidade de suas existências. O entendimento das organizações espaciais que constituem o lugar em que os educandos estão inseridos é um dos princípios norteadores da geografia escolar (PEDROSO, 2021)

No que concerne a área de Ciências Humanas, Guimarães (2018) aborda que o BNCC nos diz que ela contribui para que os alunos desenvolvam a cognição *in situ*, ou seja, sem prescindir da contextualização marcada pelas noções de tempo e espaço, conceitos fundamentais da área. Assim, a cognição e contexto são categorias elaboradas conjuntamente, em meio a circunstâncias históricas específicas, nas quais a diversidade humana deve ganhar especial destaque, com vistas ao acolhimento da diferença.

Ademais, o raciocínio espaço-temporal baseia-se na ideia de que o ser humano produz o espaço em que vive, apropriando-se dele em determinada circunstância histórica. A capacidade de identificação dessa circunstância impõe-se como condição para que o ser humano compreenda, interprete e avalie os significados das ações realizadas no passado ou no presente, o que o torna responsável tanto pelo saber produzido quanto pelo controle dos fenômenos naturais e históricos dos quais é agente (GUIMARÃES, 2018).

Um dos paradigmas da ciência geográfica está relacionado a definição de seu objeto de estudo. A partir desse entendimento do que seja o objeto da Geografia, o paradigma exige, também, a elaboração de conceitos e modelos correspondentes a essa concepção do objeto.

As Secretarias de Educação de vários Estados do Brasil, ao produzirem suas propostas curriculares de Geografia para o primeiro grau em convênio com as universidades, organizaram capacitações docentes, com acesso a diferentes metodologias ligadas ao movimento de renovação do ensino da disciplina. Contudo, as mudanças nas salas de aula foram lentas devido às condições de trabalho oferecidas pelas escolas, ao número elevado de horas de trabalho e ao grande número dos estudantes em sala de aula. Ainda hoje, existem dificuldades e distanciamento para o trabalho pedagógico da disciplina de Geografia, pois muitas vezes, os professores assumem, além da docência, outras atividades profissionais que não estão

relacionadas ao ensino e outra situação é quando o professor leciona Geografia e é especialista em outra disciplina (COSTA, 2016)

Os professores sentiam a necessidade de discutir conceitos, métodos e novas abordagens teóricas para o ensino de Geografia. Isso provocou a ruptura no ensino tradicional da disciplina, apontando caminhos diferentes de um ensino, que era apenas transmitido pelo professor, deslocado dos movimentos sociais e da realidade social do País, surgindo a Geografia Crítica. Mudanças significativas ocorreram como fruto das discussões para promulgação da LDB/96 e, na década de 90, as propostas curriculares dos Estados foram discutidas com a finalidade de gerar uma nova proposta, agora com o nome de Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), (COSTA, 2016).

O Governo Central criou um novo currículo para o ensino de primeiro e segundo graus e deu nova nomenclatura a esses níveis de ensino, denominando os ensinos fundamentais e médios. A inovação em termos estruturais na proposta do Ministério da Educação (MEC) foi a introdução dos Temas Transversais considerados importantes na construção da cidadania e na prática da democracia. Os PCN de Geografia para o ensino fundamental propõem um trabalho pedagógico que visa ampliar as capacidades dos estudantes de observar, conhecer, explicar, comparar e representar as características do lugar em que vivem e de diferentes paisagens e espaços geográficos (COSTA, 2016).

Segundo Ferreira (2019), a Geografia, historicamente, tem objetivado conhecer e explicar o mundo a partir de seus pressupostos, sendo marcada por momentos importantes, cabendo destacar, a institucionalização da Geografia escolar brasileira em 1837 revelando uma tendência à exacerbação do papel de difusão da ideologia do nacionalismo patriótico. Outro momento se evidencia, é que a partir da década de 50 do século XX com a Nova Geografia, também denominada de pragmática, que adota uma crítica à Geografia Tradicional principalmente no que se refere à ausência de aplicabilidade prática. Assim, a New Geography propunha uma interpretação matemático-utilitarista da análise geográfica, o que representa uma renovação conservadora da Geografia.

Renovação transformadora de fato dos pressupostos teórico metodológicos da ciência geográfica, brasileira e mundial, vão ser percebidas a partir das críticas de Lacoste (1988) à Geografia que se praticava, suscitando a partir de então um conjunto de transformações no plano teórico e em termos metodológicos que vão gerar intensos debates e ressignificar a ciência geográfica (FERREIRA, 2019).

#### **4 METODOLOGIAS EMPREGADAS PELO PROFESSOR NO ENSINO DE GEOGRAFIA**

Sabe-se, que no ensino de Geografia, deve-se considerar, além dos conteúdos conceituais, as condições psicológicas e socioculturais dos alunos, para que haja uma construção da aprendizagem. Dessa forma, a Geografia, por ser considerada disciplina ligada à área humanística, passou a um segundo plano, restando-lhe, sob a ótica do governo, a incumbência de ser veículo de transmissão ideológica, a serviço dos interesses dominantes.

Não obstante, a geografia encontrada na maioria dos livros didáticos e que é ensinada, geralmente, nas escolas apresenta uma análise descritiva ou apenas uma descrição do que se vê hoje no mundo, sendo que essa geografia escolar consiste, portanto, em uma visão de mundo: inicia-se pela descrição e explicação do espaço próximo, vivido, passando, depois, para o estudo de espaços mais distantes.

Nessa abordagem os fenômenos aparecem como ocorrências parceladas, desvinculadas do todo, sem conexão com o processo social no qual estão inseridos. Nesse sentido, tanto a natureza quanto a sociedade são vistas como ocupantes de um espaço herdado cuja organização foi predeterminada por forças externas e alheias a sua dinâmica atual (ALMEIDA, 2013).

Nesse vértice, apresentando uma abordagem estática e histórica do processo de ocupação das áreas e da apropriação dos recursos naturais, a geografia pouco valor terá na formação das novas gerações, ao contrário, ela levará a sérias deformações quanto a sua visão de homem e de mundo (ALMEIDA, 2013).

A prática educativa remete, frequentemente, ao processo ensino aprendizagem, que se reporta, sobretudo, à ação didática e a esse respeito, questiona-se será que os professores dominam a prática e o conhecimento especializado com relação à educação e ao ensino, em termos gerais, a resposta é não (CASTELLAR, 2014).

No que tange ao conceito de educação e de qualidade na educação tem concepções diferentes segundo os vários grupos sociais e os valores dominantes nas distintas áreas do sistema educativo. Porém, a discussão que faremos relata algumas situações relativas ao ensino aprendizagem, do ponto de vista estrutural, que envolve o sistema educacional como um todo, porque não se limita a constatar simplesmente que o ensino não vai bem e a encontrar culpados. É estrutural porque a desprofissionalização do professor passa, ainda hoje, pela negligência das instituições governamentais, tendo como consequência o descaso com a formação desse profissional que é precária, resultado da baixa qualidade do sistema educacional (CASTELLAR, 2014).

Durante muito tempo, e até hoje, o professor foi o encarregado de transmitir o conhecimento, e o aluno, de recebê-lo, mas, atualmente, a tendência é a modificação da relação entre o professor e o conhecimento e entre este e a aprendizagem.

Vivemos um momento de repensar a educação à luz de uma rica discussão, em que se procura entender o processo de construção do conhecimento, que acaba por interferir em um outro tipo de relação, ou seja, a relação entre professor e aluno. Diante desse quadro, os professores não reproduzem o conhecimento que são chamados a reproduzir e nem determinam ou assumem sua prática pedagógica, por isso a competência do professor esbarra em sua formação inicial e nos currículos organizados pelas faculdades (CASTELLAR, 2014).

Para uma educação pautada na apropriação crítica do conhecimento e não na mera transmissão de conteúdos, deve-se reconhecer definitivamente os alunos como sujeitos nesse processo (SPOSITO, 2015, p. 43) afirma que:

O papel do professor é redimensionado. Ele não abdica do que sabe e nem some a hierarquização dos papéis sociais que temos a cumprir. Só que em vez de ficar ouvindo sua própria voz, o discurso que agrada a si próprio, deve intermediar a relação de aprendizagem, facilitando o acesso de informações aos alunos e aos materiais necessários à realização da aprendizagem, encaminhar leituras e observações e assessorá-los. [...] O aluno é um ser histórico que traz consigo e em si uma história, e um conhecimento adquirido na sua própria vivência. O desafio é fazer a partir daí a ampliação e o aprofundamento do conhecimento do seu espaço, do lugar em que vive, relacionando-o com outros espaços mais distantes e até diferentes.

Partindo do conhecimento adquirido através da observação do meio circundante, conhecimento esse ainda não sistematizado, o aluno deve ter oportunidade de contribuir para um arcabouço formado por ideias, conceitos e categorias que lhe permitam interpretar, de forma cada vez mais profunda, a realidade que o cerca (SPOSITO, 2015).

#### **4.1 O olhar do professor sobre o ensino de Geografia do CE Estado do Mato Grosso**

A escola, Centro de Ensino Estado do Mato Grosso tem sua visão espacial, tendo a oportunidade, de observa-la de cima, como demonstrada na figura 8 abaixo.

Figura 8: Localização espacial do CE Estado do Mato Grosso



Fonte: <https://www.google.com.br/maps>, 2022.

Professora ministrando aula, em uma das salas do Centro de Ensino Estado do Mato Grosso, como mostra a Figura 9.

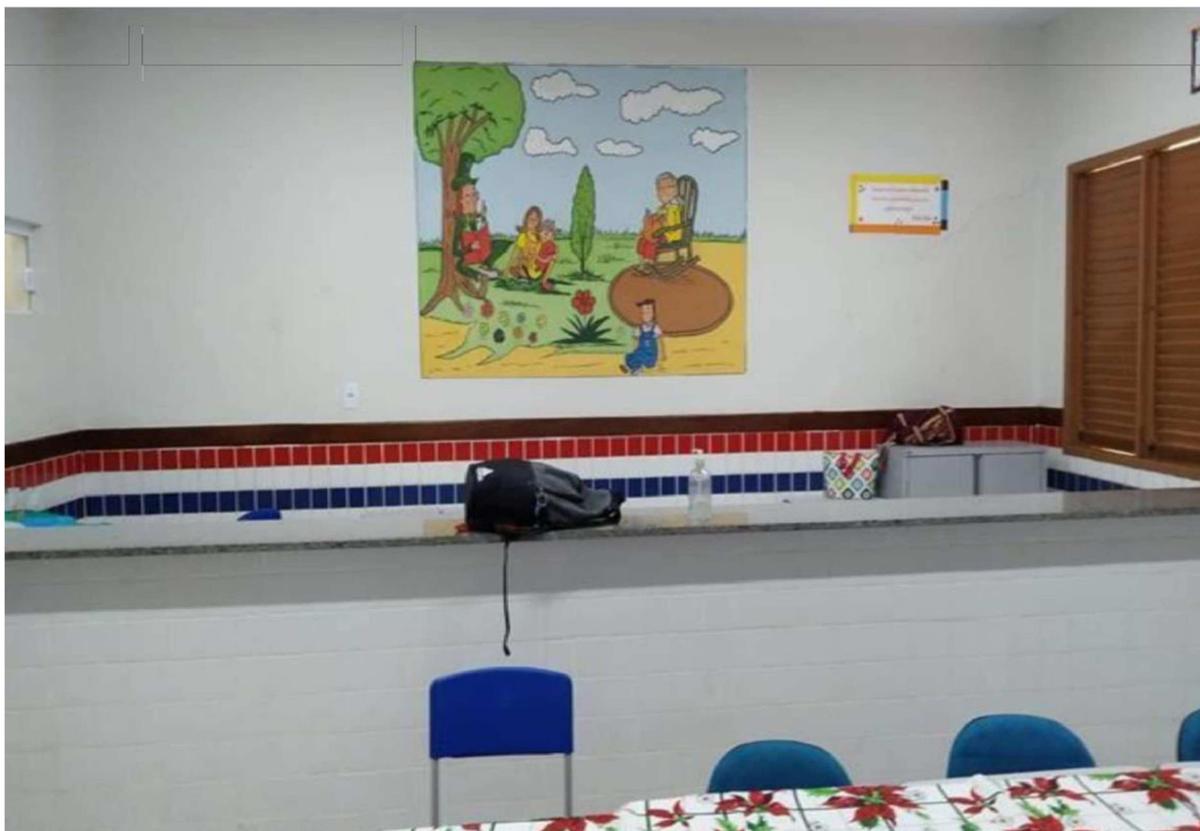
Figura 9: Professora de Geografia ministrando aula no CE Mato Grosso



Fonte: Autor, 2022.

A sala dos professores é o lugar onde os mesmos se reúnem para descansar, fazer reuniões, fazer o planejamento mensal das aulas, organizar planos de aula, tomar café, e demais coisas de cunho pessoal, conforme demonstra a figura 10 abaixo.

Figura 10: Sala dos professores

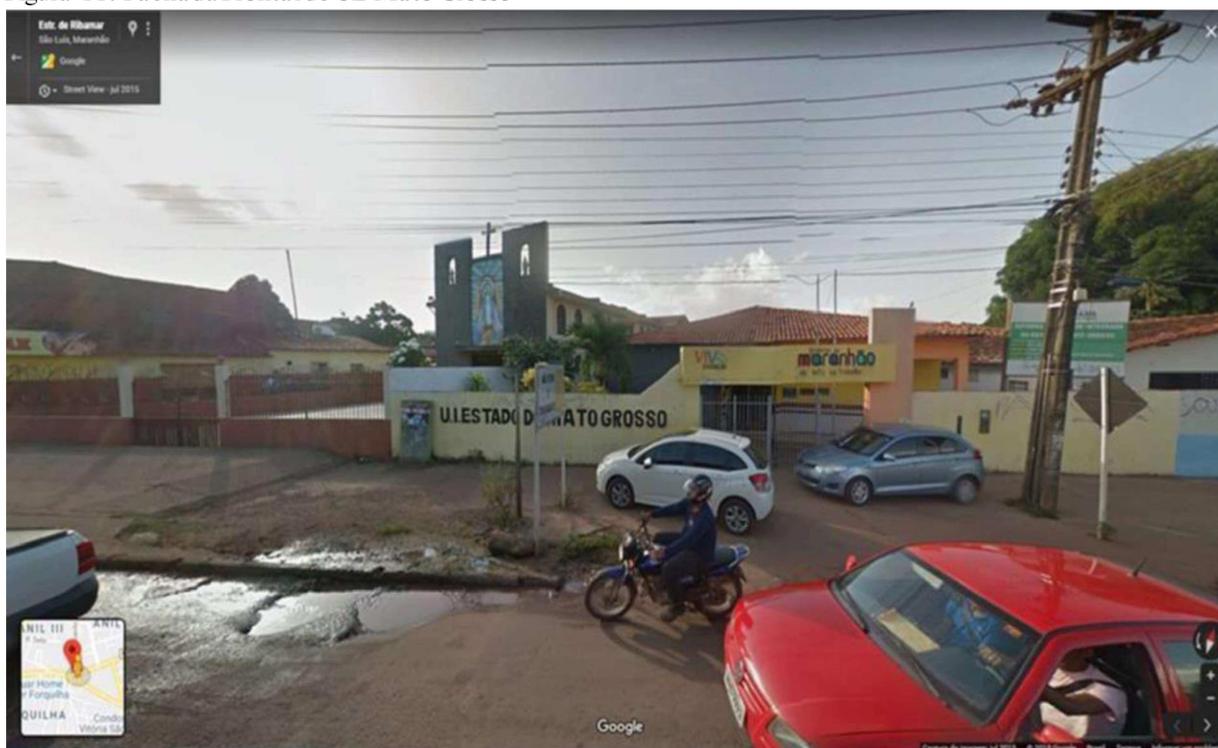


Fonte: Autor, 2022.

A escola anualmente apresenta entre 501 e 1.000 matrículas de escolarização e de acordo com os registros do Governo Estadual. O Centro de Ensino Estado do Mato Grosso (Figura 11), oferece a cobertura do Ensino Fundamental, Ensino Médio, Educação de Jovens e Adultos–EJATEC Curso de Logística, atendendo uma quantidade significativa de alunos regularmente matriculados, compondo turmas formadas entre quarenta e cinquenta discentes, divididos por séries nos turnos matutino, vespertino e noturno.

Abaixo destaca-se a fachada frontal de Centro de Ensino Estado do Mato Grosso, conforme mostra a figura 11.

Figura 11: Fachada Frontal de CE Mato Grosso



Fonte: Autor, 2022.

Abaixo tem o quadro de alunos matriculados no ano de 2022, distribuídos conforme os anos, como mostra o quadro 1.

Quadro 1: Total de matriculados do CE Mato Grosso em 2022

<b>Turno/ Série</b>	<b>7º Ano/ Ensino Fundamental</b>	<b>8º Ano/ Ensino Fundamental</b>	<b>9º Ano/ Ensino Fundamental</b>	<b>Total de Matrículas</b>
Matutino	95 Alunos	102 Alunos	76 Alunos	273 Alunos
<b>Turno/ Série</b>	<b>1º Ano/Ensino Médio/1ª Série</b>	<b>2º Ano/Ensino Médio/2ª Série</b>	<b>3º Ano/Ensino Médio/2ª Série</b>	<b>Total de Matrículas</b>
Vespertino	104	74	56	234 Alunos
<b>Turno/ Série</b>	<b>EJA/Ensino Fundamental Anos Finais</b>	<b>EJA/Ensino Fundamental Anos Finais</b>	<b>EJA/Ensino Fundamental Anos Finais</b>	<b>Total de Matrículas</b>
Noturno	88	00	00	88 Alunos
<b>Total</b>	287	176	132	595 Alunos

Fonte: Direção da escola, 2022.

Na escola trabalham 17 profissionais incluindo professores, coordenação e todas as áreas da escola, sendo aplicado aos professores um questionário com 9 questões com perguntas abertas e fechadas. Os professores de geografia das turmas trabalhadas são 2. Nesse sentido, os nomes dos professores serão substituídos pelas variáveis P1 e P2.

Foi perguntado aos professores se é bom trabalhar no Centro de Ensino Estado do Mato Grosso. Os professores P1 e P2 disseram que sim, pois pelo fato da escola ser pequena a dinâmica fica melhor.

Quando se conta com uma equipe escolar pequena, é muito importante otimizar o trabalho, para que ele seja feito com a maior eficiência possível, sem prejudicar o funcionamento da instituição e isso exige que cada profissional amplie seus conhecimentos e esteja envolvido com a escola (LYCEUM, 2020)

Quanto à percepção do livro didático, foi perguntado ao professor, qual sua visão sobre o livro didático de geografia.

O professor P1	Acho a abordagem boa, pois apresento aos meus alunos, sobre os diversos aspectos, no final a minha didática que fará o diferencial.
O professor P2	O livro didático em alguns aspectos deixa a desejar, por isso se faz necessária uma boa escolha toda vez que as editoras os apresentam a coordenação”

Na sala de aula, o livro didático tem ocupado lugar privilegiado desde o começo do século XIX, quando se originaram os sistemas nacionais de educação, conforme a autora, os livros escolares têm sido uma das fontes históricas de que se tem disponibilidade para adentrar o universo das práticas escolares. Ademais, a sociedade ou uma parcela dela, por meio do livro didático, estabelece o que precisa ser lembrado e que realmente importa sabermos sobre determinado período. Tais questões vinculam-se às finalidades do ensino e são representadas nos livros, ganhando um caráter de difusor de determinadas visões de mundo (TEIVE,2015).

A outra pergunta foi: Ao utilizar o livro didático de geografia para dar aulas, quais dificuldades você percebe nos alunos:

O professor P1	“desinteresse, pois os alunos de um modo geral não são atraídos por mapas, mas existem uns poucos que mostram interesse sim”.
----------------	---

P professor P2	“a falta de atenção principalmente porque ficam dispersos com outros assuntos que não condizem com matéria”.
----------------	--

Essas respostas dão um perfil de como os professores percebem o livro didático e como eles utilizam, o que reforça a ideia de que para alunos e professores o livro não exerce um papel de instrumento encantador, tornando-se um elemento que está em todo ambiente escolar, porém não tem papel central no ensino, mesmo como recurso único muitas vezes.

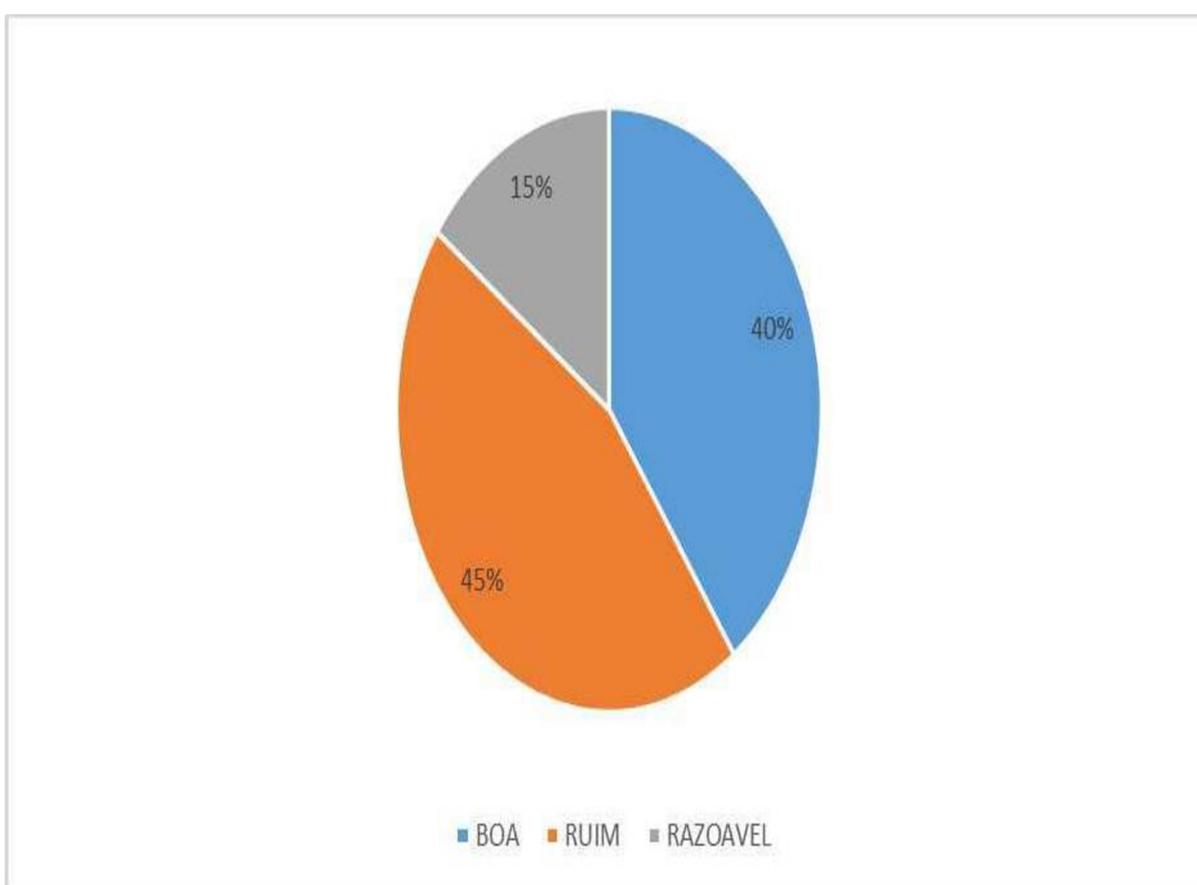
O contato do professor com o Guia do Livro Didático, no momento da escolha do livro didático, exige dedicação e responsabilidade, visto que uma escolha bem feita permite uma relação mais confortável do professor com este material. Isso demanda uma seleção bastante cuidadosa. Porém, mesmo com uma escolha criteriosa muitas vezes o professor acaba recebendo um livro didático que não aquele que escolheu. Assim, pode não lhe agradar o material e acabar por não utilizá-lo, continuando a fazer uso de um material mais antigo, com muitas informações já desatualizadas (COPATTI,2017).

## 5 A PERCEPÇÃO DOS ALUNOS NO ENSINO DE GEOGRAFIA DO CE ESTADO DO MATO GROSSO

Com o objetivo de realizar uma análise a respeito da percepção do método de ensino de geografia e aplicação do livro didático, foram aplicados 20 questionários para os alunos do 6º ao 9º do ensino fundamental do Centro de Ensino Estado do Mato Grosso.

Para preservar o nome dos alunos, serão chamados de alunos A, B, C, D, E e assim sucessivamente.

Gráfico 1: O que o aluno acha da disciplina de Geografia



Fonte: Dados da pesquisa, 2022

Os resultados confirmaram que 45% acharam ruim, haja vista a maior causa da falta de interesse nas aulas de Geografia são as metodologias utilizadas pelos professores em suas aulas, entendendo, que as dificuldades de compreensão, a falta de estímulo e o desinteresse dos alunos estão ligados ao currículo de geografia, que chega à escola abarrotada de conteúdos de alto nível de abstração que não se incluem com a vida dos alunos.

O aluno A disse: ***“Quando o professor elabora uma aula diferente dos dias comuns, consigo ficar atento, mas se aula é ruim até durmo”.***

Uma aula interessante deve abordar assuntos que estão presentes no dia a dia do aluno, tentando conhecer o cotidiano dos estudantes e criando situações em que o assunto abordado possa ser mesclado ao conteúdo da aula. Dessa forma, é muito mais fácil e satisfatório de aprender quando isso é associado a algo próximo de sua vida.

Os resultados provocam reflexões entre os mais diversos atores do processo educacional, muitos fatores são apresentados, sendo assim, duas constatações ficam muito evidentes: o peso do ambiente familiar e do contexto social, reforçando a ideia de que a escola sozinha tem limitações em sua intervenção e que, diante de um cenário mais fragilizado, o desafio do processo educacional é muito mais complexo.

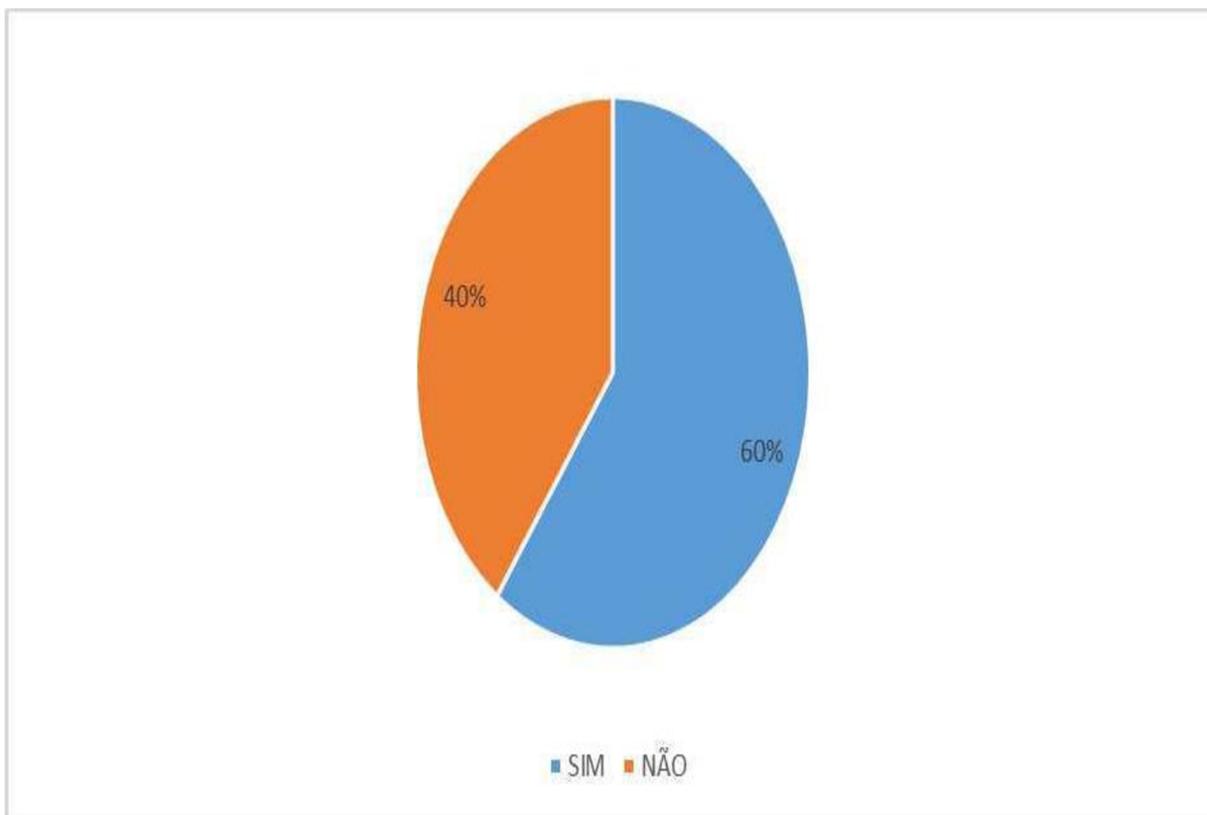
No segundo quesito: a relevância do professor no processo, sendo claro que a gestão escolar é muito importante e ter uma infraestrutura mínima parece ser razoável, mas nada influencia mais a aprendizagem do que a prática do professor. Isso mostra a importância de uma aula mais dinâmica e com recursos pedagógicos.

Reduzida a explicitar um espaço morto ou uma natureza sem dinamismo, a Geografia pode se transformar numa espécie de sofrimento para o aluno. Isso ocorre quando valoriza a exigência da memorização de inúmeras informações e de meras descrições, ao mesmo tempo que deixa de lado a generalização, o estabelecimento de relações e a explicação e desvelamento dos fenômenos geográficos. Enfatizam-se as exposições, enumerações de picos, montanhas e cidades, classificações, datas, fatos, no sentido de constituir tais elementos em pontos essenciais a todo o processo, de apresentá-los aos alunos de modo que possam memorizá-los, armazená-los e, na maioria das vezes, repeti-los numa prova final, descritos como se estivessem sempre ali, sem história, sem vida e sem a interferência humana (GEBRAN, 2013). O aluno C destacou: ***“muitas vezes o que falta mesmo é boa vontade de nossa parte, pois o professor dá o seu melhor”***.

Aulas e tarefas não atrativas contribuem para que o aluno perca o interesse pelas aulas e o gosto por estudar e não há relação entre os conhecimentos e as experiências que os alunos já possuem. Dessa forma, os alunos não sabem porque estudam aquele assunto e o resultado é que eles só decoram sem compreender os assuntos.

A segunda pergunta versa sobre: Você sente dificuldade em estudar geografia? O gráfico 2 assinala as respostas.

Gráfico 2: Dificuldades em estudar Geografia



Fonte: Dados da pesquisa, 2022.

Como demonstrado no gráfico acima, a maioria dos alunos sentem dificuldade em estudar geografia, o que ocorre em dizer que os meios têm dificultado os resultados.

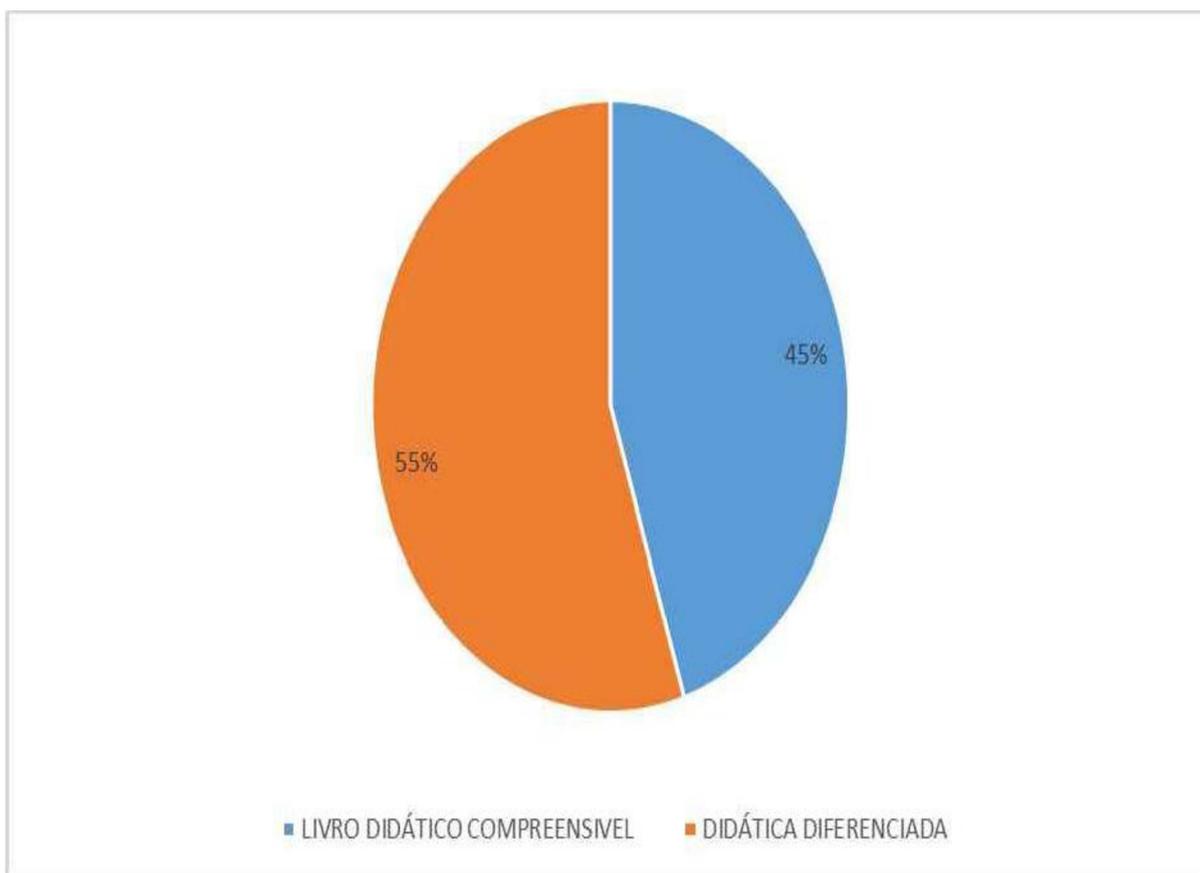
O aluno D respondeu: ***“a dificuldade é muito relativa, pois quando gostamos da disciplina ela se torna fácil”***.

Segundo Callai (2018), ao fazerem referência especificamente à Geografia, as características mais marcantes são que o aluno não se interessa pelos assuntos porque não têm nada a ver com a sua vida; os que trabalham e estudam não acham importante ter informações que os façam mais cultos e os que só estudam não veem sentido em saber coisas que não lhe estão interessando; gostam de curiosidades e a participação em aula se restringe a responder às perguntas feitas.

Os alunos foram questionados, o que seria melhor para desenvolver melhor o processo de aprendizagem, ao aplicar uma didática diferente ou um livro didático mais compreensível.

O aluno F descreveu: ***“as duas coisas ao mesmo tempo pois um bom livro sem uma boa didática é mesmo que nada”***.

Gráfico 3: Melhoria no ensino de Geografia

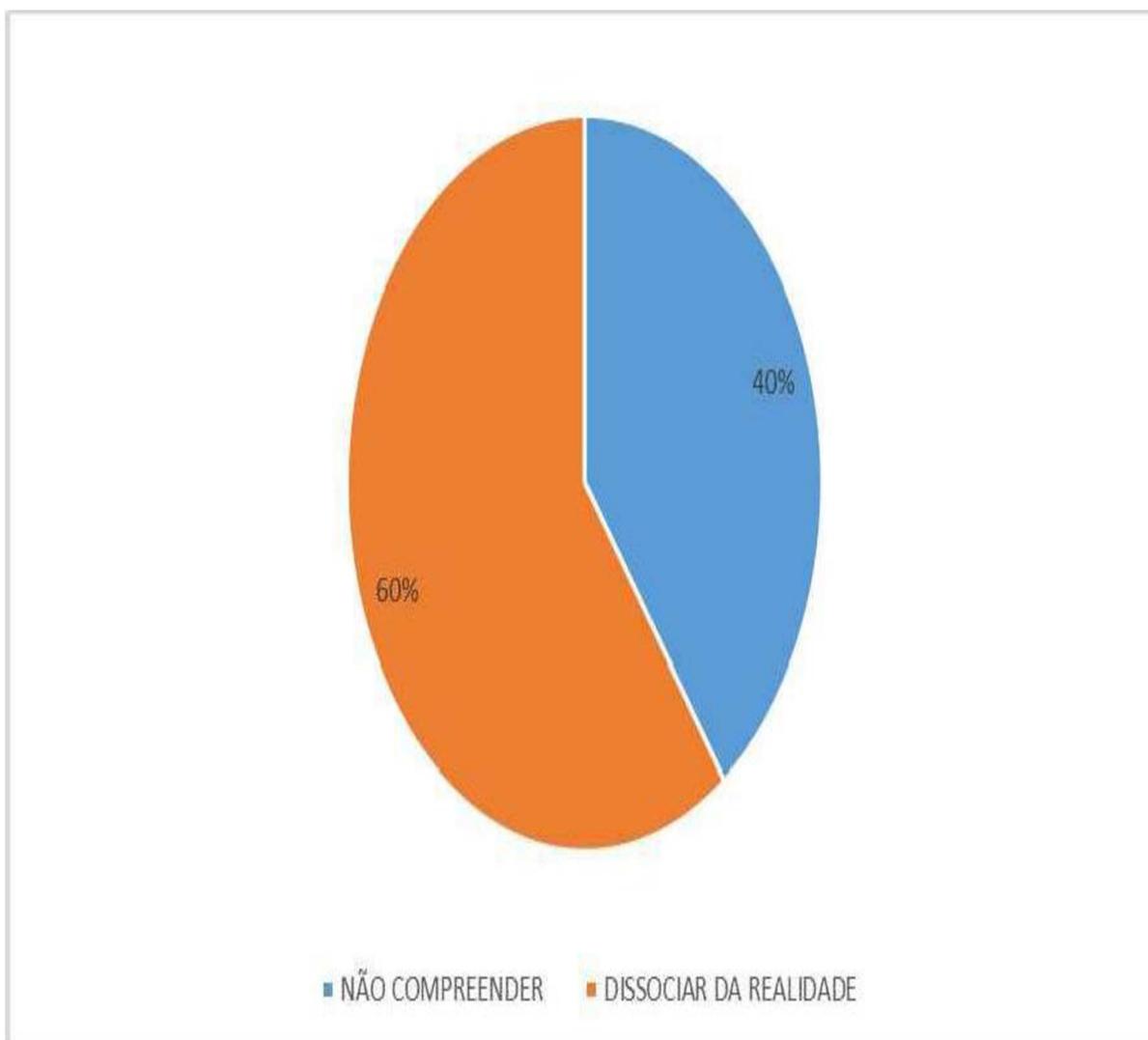


Fonte: Dados da pesquisa, 2022

Entender o uso do livro didático, no Ensino Fundamental, no ensino, em particular nas aulas de geografia, é de grande relevância por ser um apoio ao professor na transferência do conhecimento aos alunos, com maior notoriedade, nesse meio, os capítulos que evidenciam mapas, figuras, imagens, além de assuntos que vão no encontro com a realidade dos discentes, dessa forma, contribuindo para uma modificação do saber alienado e abstrato da disciplina em algo real, ganhando vida no dia a dia dos alunos, cabendo assim, verificar se as propostas estão sendo efetuadas com êxito pelos professores (ARAÚJO, 2021).

É recorrente dizer, que a questão do estudo está ligada à realidade é muito significativo, pois parte-se do princípio que unir a teoria à prática é o princípio para uma melhor qualidade.

Gráfico 4: Obstáculo no estudo de Geografia



Fonte: Dados da pesquisa, 2022

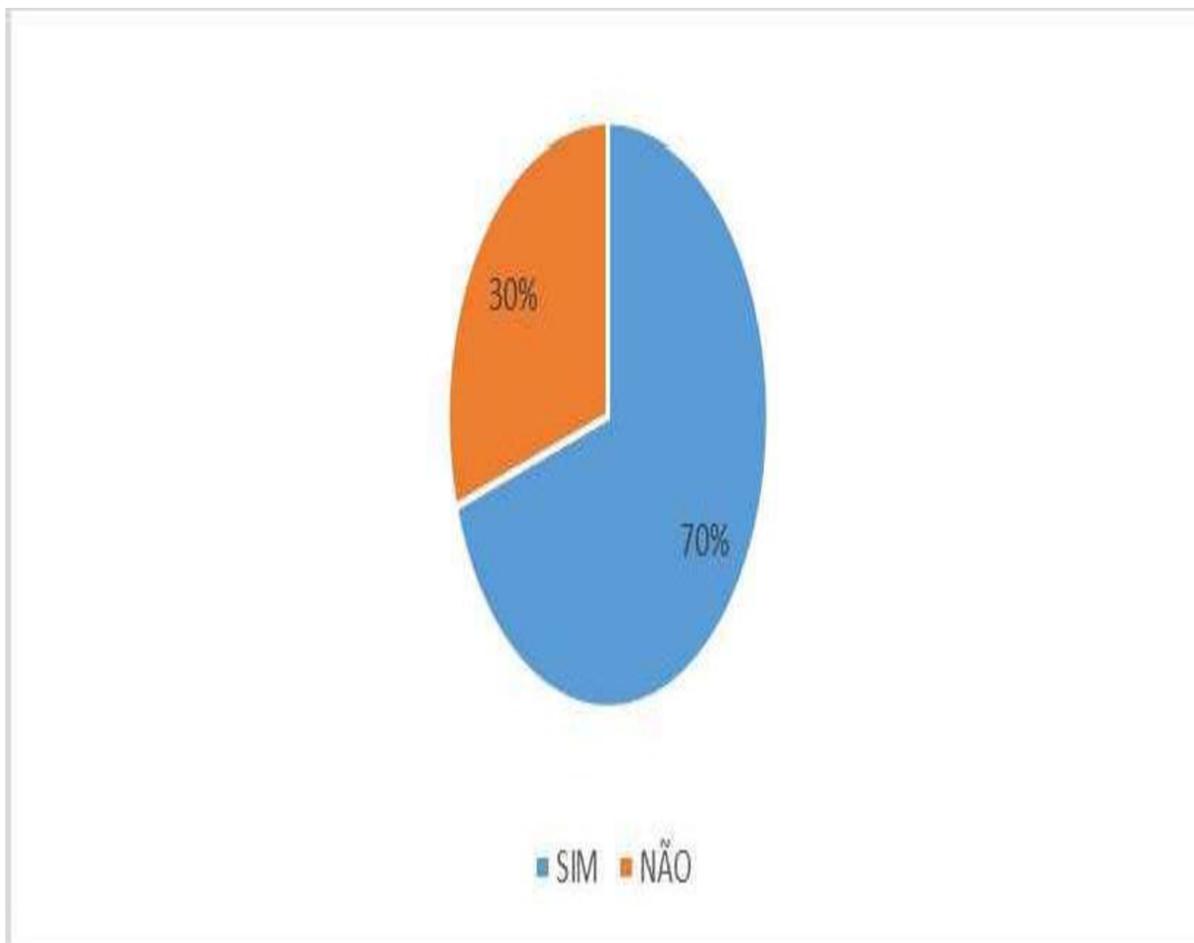
Como pode-se observar, a questão de dissociar o conteúdo da realidade, é um dos fatores mais latentes no que diz respeito ao obstáculo no estudo de geografia, que como demonstrado soma um total de 60% das respostas.

Segundo Costa (2020), no processo educativo existem muitas metodologias de ensino, mas nem todas estão ancoradas em processos de ensino transformadores e críticos, o professor precisa se posicionar ante essas metodologias e assumir em qual perspectiva irá desenvolver sua prática e quais os teóricos que aprofundam as discussões e os métodos da perspectiva que ele resolveu adotar. Assim entende-se que uma delas é associar a teoria à prática.

Banhara (2017), corrobora, dizendo que o aprendizado que possibilita o despertar de processos internos do indivíduo liga o desenvolvimento da pessoa e sua relação com o ambiente

sociocultural em que vive e sua situação de organismo que não se desenvolve plenamente sem o suporte de outros indivíduos da sua espécie.

Gráfico 5: Os temas de geografia que mais satisfazem



Fonte: Dados da pesquisa, 2022.

Quando questionados, quanto aos temas menos atrativos da Geografia, a maioria dos estudantes apontou que, de forma geral, a maioria dos temas não os agrada (Gráfico 5)

De acordo com Costa (2022), outra causa dos alunos não gostarem de Geografia pode estar relacionada ao não conhecimento do objeto de estudo ou da finalidade de se estudar esta ciência, pois quando foram indagados sobre qual a finalidade da Geografia algumas das respostas foram as seguintes:

***“Pra mim não serve de nada, até porque eu não gosto de geografia”.***

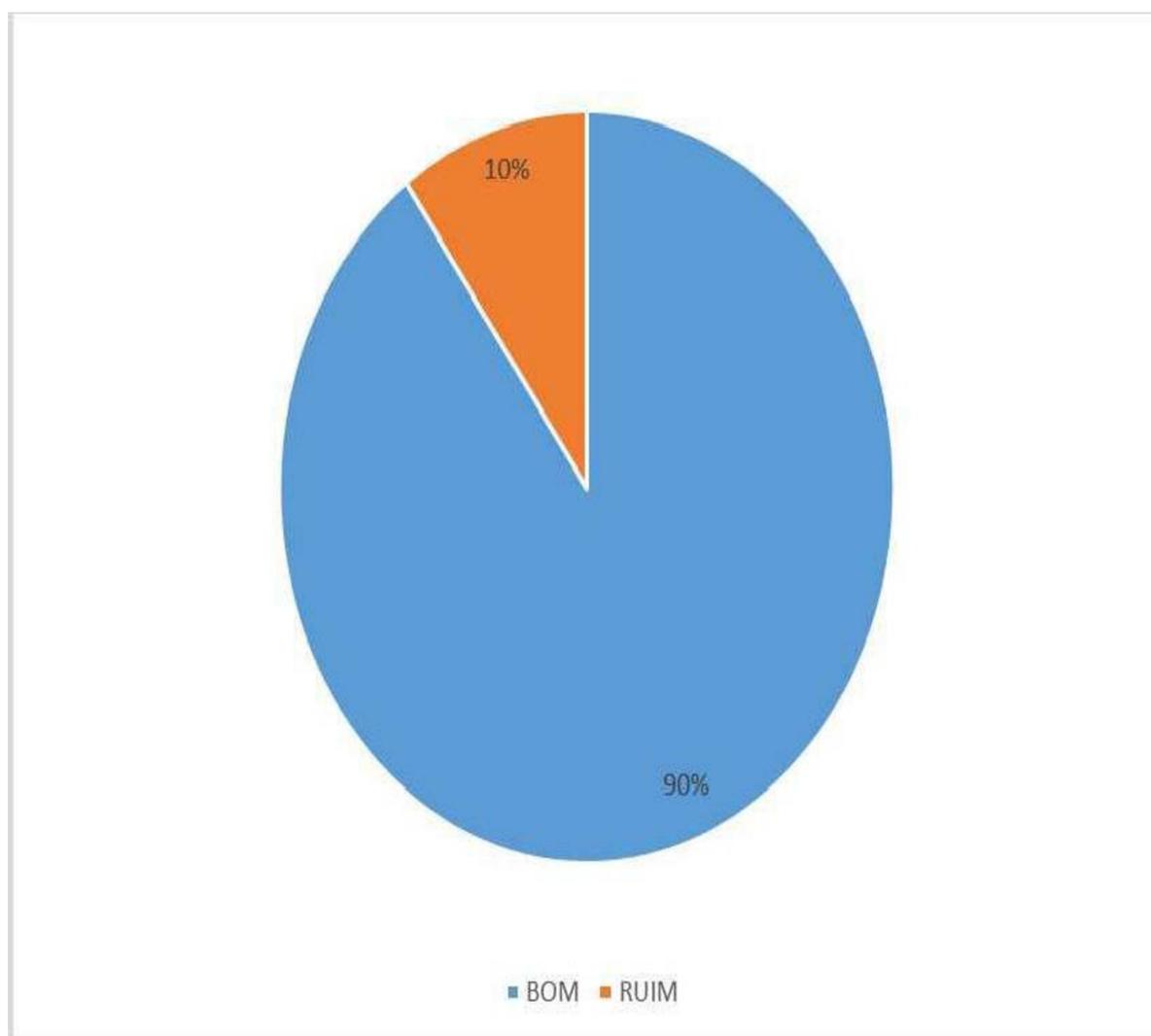
***“Pra quem consegue entender é bom”.***

***“Não sei responder”.***

***“Nenhuma”.***

Por fim e em última análise foi questionado como é estudar no Centro de Ensino Estado do Mato Grosso.

Gráfico 6: Estudar no Centro de Ensino Estado do Mato Grosso



Fonte: Dados da pesquisa, 2022.

Como podemos constatar através do gráfico 6, a maioria dos alunos gosta da escola, pois por ser uma escola pequena, se sentem mais próximos.

Sabe-se, que o processo de aprendizagem não ocorre de forma isolada, mas a partir da interação do sujeito com o meio ou com outros indivíduos. Assim, no que tange a aprendizagem escolar é necessário haver motivação, tanto por parte de quem ensina quanto de quem aprende. É preciso que o aluno esteja envolvido com os estudos, e que por sua vez, estes façam sentido

a suas expectativas e metas e do mesmo modo, pode-se falar dos professores, os quais precisam estar motivados com a profissão, para alcançarem com êxito suas metas.

A análise traçada a partir da percepção dos alunos entrevistados serviu de base para a reflexão do estudo, buscando as principais referências, tanto de conteúdos da Geografia, quanto à mediação destes na Geografia escolar. Nesse aspecto, a partir destas reflexões foi possível entender a percepção dos alunos diante da disciplina de geografia no Centro de Ensino Estado do Mato Grosso. Foi colocado questões sobre a didática orientada para práticas educativas que possibilitem mais articulação, dinamização e flexibilização do processo de ensino e de aprendizagem. Ademais, focando na melhoria de dificuldades apontadas pelos estudantes, e ao mesmo, tempo fortalecendo os apontamentos positivos na construção do conhecimento geográfico.

A perspectiva dos alunos no que tange às aulas de geografia são muitas, umas das questões mais abordadas, foi o estudo de geografia associado a realidade e fora do contexto de sala de aula. Também, outro fator colocado pelos estudantes, diz respeito à uma aula mais dinâmica e participativa, como, por exemplo, rodada de perguntas.

Outra abordagem recorrente, foi o contexto sociocultural e como também, uma certa dificuldade na leitura dos mapas. Os alunos de um modo geral, acham a interpretação dos mapas, segundo suas falas “difícil”.

Foi exposto que, a dificuldade em estudar geografia está correlacionada ao fato de se estar muito em sala de aula. A Geografia tem como objetivo principal entender a dinâmica do espaço para auxiliar no planejamento das ações do homem sobre ele, assim entendê-la é de suma importância.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através do presente trabalho foi possível apresentar uma breve explicação sobre os livros didáticos, e a percepção dos alunos sobre a aula de geografia. A análise mostrou que as questões sobre o uso do livro didático nas aulas de geografia, pode ser melhorada e os professores usando uma metodologia diferenciada podem mudar metodologias, tornando-as mais ativas, atraindo assim os alunos para estarem em prontidão para aprenderem. Foi possível também perceber como de acordo com a dinâmica em sala de aula acontece, pode mudar o contexto da aprendizagem e nesse sentido como o livro didático precisa ter um papel mais ativo e interessante para a relação ensino aprendizagem.

A partir da pesquisa notou-se a necessidade de discutir mais sobre o tema do livro didático e a postura do professor diante da utilização do trabalho docente com os alunos na disciplina Geografia.

Desse modo, pensar as práticas metodológicas que envolvem o ensino de Geografia é pensar a totalidade da educação geográfica que significa ir além das explicações em sala de aula utilizando o livro apenas solicitando ao aluno que leia ou preencha uma página. É também perceber que o livro precisa ser revisto em seu modelo atual de páginas mais coloridas com imagens em excesso e pouca discussão de conteúdo, conceitos, categorias geográficas.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Rosângela Doin. A propósito da questão teórico-metodológica sobre o ensino de Geografia. *Terra Livre*, n. 8, 1991.
- ARAÚJO, Felipe. Graduação em Comunicação Social. Habilitação em Jornalismo pela UniFIAMFAAM, 2012. **História do livro**. Disponível em: <<http://www.infoescola.com/curiosidades/historia-do-livro/>>. Acesso em: 15 ago. 2022.
- BANHARAG, D. **A utilização das novas tecnologias no ensino de geografia**. Colégio Estadual Lúcia Alves de Oliveira Schoffen –EFM, Altônia, PR, 2017. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/2125-8.pdf>. Acesso em: 16 de junho. 2022.
- BITTENCOURT, Antônio C.; HORNE, Roland N. Desenvolvimento de reservatórios e otimização de projetos. In: **Conferência e Exposição Técnica Anual da SPE**. OnePetro, 1997.
- BLOIS, Lukas. **Emperor and Empire in the Works of Greek-speaking Authors of Third Century A.D.** ANRW, II, 34.4, p. 3391-3343, 1997.
- BRASIL. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC, 2017. Disponível em: [http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC\\_20dez\\_site.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_20dez_site.pdf). Acesso em: 10 dez. 2022.
- BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei número 9394, 20 de dezembro de 1996.
- BRUNO, Inês; SANTOS, Leonor. Evolução da escrita avaliativa num contexto de trabalho colaborativo. **Revista de Educação**, p. 61-92, 2010. <[www.acrilex.com.br/evolucao-da-escrita](http://www.acrilex.com.br/evolucao-da-escrita)> Acesso em 12 de agosto 2022.
- CANCELLIER, Mariana Recco. Ensino de Geografia e crise ambiental: representações das águas nos livros didáticos do 6º ano do Ensino Fundamental (PNLD-2014). **Ambiente & Educação**, v. 22, n. 1, p. 217-243, 2017.
- CAVALCANTI, Lana de Souza. **O ensino de geografia na escola**. Campinas, SP: Papyrus, 2012.
- CARNEIRO, Neusa de Oliveira et al. **Apropriação das características da Web no livro didático digital: um instrumento avaliativo**. 2017
- CASTELLAR, SONIA MARIA VANZELLA. **A formação de professores e o ensino de Geografia**. *Terra Livre*, n. 14, p. 51-59, 1999.
- COMENIUS, J. A. Didática Magna. **Tradução Joaquim Ferreira Gomes**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1650.
- COSTA, João Eduardo Azevedo da. **Atlas geográfico escolar de São José do Seridó-RN: o meu lugar no mundo**. 2022. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 2022

COSTA, Cícero Vasconcelos et al. **A música como recurso didático na construção do raciocínio geográfico nas aulas de geografia**. 2020.

COSTA, Glauber Barros Alves; DANTAS, Débora Nunes. O livro didático de Geografia e as questões de gênero: algumas reflexões. **Revista Brasileira de Educação em Geografia**, v. 6, n. 11, p. 323-340, 2016.

CALLAI, Helena C. **O livro didático permite e oportuniza a democratização do conhecimento?** In: SPOSITO, Eliseu et al. A diversidade da Geografia brasileira: escalas e dimensões da análise e da ação. 1. ed. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2018.

COPATTI, Carina. PENSAMENTO PEDAGÓGICO-GEOGRÁFICO E O ENSINO DE GEOGRAFIA. **Revista Signos Geográficos**, v. 2, p. 1-21, 2020.

BATISTA, Edimar Eder. Geografia Escolar, Educação Geográfica, Autonomia Docente e Questão Conceitual: tecendo ligações. **Revista Brasileira de Educação em Geografia**, v. 11, n. 21, p. 05-27, 2021.

BATISTA, Natália Lampert; DE DAVID, Cesar; FELTRIN, Tascieli. Formação de professores de Geografia no Brasil: considerações sobre políticas de formação docente e currículo escolar. **Geografia Ensino & Pesquisa**, p. e13-e13, 2019.

BENTO, Izabella Peracini *et al.* **A mediação didática na construção do conhecimento geográfico: uma análise do processo de ensino e aprendizagem de jovens do ensino médio e da potencialidade do lugar**. 2013.

BITTENCOURT, Circe (org.). **O saber histórico na sala de aula**. 4ª Ed. São Paulo: Contexto, 1997.

BOUDOU, Christian Jean-Marie. **História da Geografia**. Pesquisa de Geografia, 2011.  
COUTO, Aiala Colares. A questão racial e a geografia escolar crítica: caminhos para uma educação antirracista. **Revista GeoSertões**, v. 5, n. 10, p. 207-225, 2021.

COPATTI, Carina. Livro didático de geografia: da produção ao uso em sala de aula. **Élisée-Revista de Geografia da UEG, Porangatu**, v. 6, n. 2, p. 74-93, 2017.

CASSOL, Roberto acadêmicas colaboradoras. **Metodologia do ensino da geografia**: Siluk. ed. - Santa Maria: UFSM, Pró-Reitoria de Graduação, Centro de Educação, Curso de Graduação a Distância de Educação Especial, 2012.

DE AZAMBUJA, Leonardo Dirceu. O livro didático de geografia do Brasil. **Revista Brasileira de Educação em Geografia**, v. 4, n. 8, p. 11-33, 2014.<[www.ufrgs.br/neegeo/wp-content/uploads/O\\_livro\\_didatico\\_de\\_geografia](http://www.ufrgs.br/neegeo/wp-content/uploads/O_livro_didatico_de_geografia), 2022.>Acesso em ;22 de agosto de 2022.

ENGERROFF, Ana Martina Baron; OLIVEIRA, Amurabi. Os sentidos da Sociologia escolar nos livros didáticos no Brasil. **Revista Pós Ciências Sociais**, v. 15, n. 30, p. 215-240, 2018.

FERREIRA, Lucas Lobato et al. **As linguagens no ensino de Geografia: caminhos metodológicos**. 2019.

- FIGUEIREDO, Cassiano, C. C. **Política e Economia do Mercado do Livro Didático no Século XXI: globalização, tecnologia e capitalismo na Educação Básica Nacional.** *Livros didáticos de história: entre políticas e narrativas*, 83, 2017.
- FIRKOWSKI, Olga Lúcia C. de Freitas. **O PNLD e a Escolha do Livro Didático de Geografia.** Ed, Paraná volume 1, 2010.
- FREISLEBEN, Alcimar Paulo; KAERCHER, Nestor André. O PNLD e o Mercado de Livros Didáticos no Brasil. **Revista Ciência Geográfica**, v. 26, n.01, pág. 391-404, 2022.
- FARIA, Daniela Resende. Geografia (Estudo e ensino). Londrina. **Metodologia do ensino de geografia.** Editora e Distribuidora Educacional S.A., 2017.
- FERREIRA, Rita de Cássia Cunha. **A comissão nacional do livro didático durante o estado novo (1937-1945).** 2008.
- FERREIRA, Afonso Vieira. **Aspectos teóricos metodológicos do ensino de geografia no Brasil.** Universidade Estadual de Campinas. 2019.
- FREITAS, Neli Klix; RODRIGUES, Melissa Haag. O livro didático ao longo do tempo: a forma do conteúdo. **Da Pesquisa**, v. 3, n. 5, p. 300-307, 2021.
- FREITAS, Rafael Alves. O ensino de Geografia, a formação docente e o papel dos professores de hoje: dilemas e conflitos. **Revista Educação Pública**, v. 21, nº 46, 21 de dezembro de 2021.
- GATTI JUNIOR, D. **A escrita escolar da História: Livro didático e ensino no Brasil (1970-1990).** Bauru, Edusc, 2004, 250p.
- GOMES, Luís Antônio Paim. **O Livro Didático de Geografia e os desafios da docência para aprendizagem** / Organizado por Ivaine Maria Tonini [et al.] Porto Alegre: Sulina, 2017.
- GOMES, Ingrid Aparecida. **A Produção do Conhecimento Geográfico.** Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2018.
- GUIMARÃES, Iara Vieira. Ensinar e aprender geografia na Base Nacional Comum Curricular (BNCC). **Ensino em Revista**, v. 25, n. 4, p. 1036-1055, 2018.
- HERBART, J. F. *Sämtliche Werk in Chronologische Reihenfolge (Band 1).* Langensalza: Her-mann Beyer & Söhne, 1805. v. 1.
- KANASHIRO, Cíntia S. **Livro didático de Geografia: PNLD, materialidade e uso na sala de aula.** São Paulo, 2008.
- KHAOULE, Anna Maria Kovacs; CAVALCANTI, Lana de Souza. Estágio formativo: prenúncio de um currículo do futuro para o estágio de formação de professores de Geografia. **Ateliê Geográfico**, v. 15, n. 3, p. 67-87, 2021.
- LACOSTE, Yves. **A geografia serve antes de mais nada para fazer a guerra.** Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1997.

LIBÂNEO, José Carlos. Ensinar e aprender, aprender e ensinar: o lugar da teoria e da prática em didática. In: LIBÂNEO, José Carlos; ALVES, Nilda (Orgs.). **Temas de pedagogia: diálogos entre didática e currículo**. São Paulo: Cortez, 2012.

LYCEUM, **Como otimizar o trabalho de uma equipe escolar pequena**, 2021.

LOPES, C. S.; PONTUSCHKA, N. N. Mobilização e construção de saberes na prática pedagógica do professor de Geografia. **Geosaberes**. Fortaleza, v. 2, n. 3, p. 89-104, jan. / jul. 2011.

LACOSTE, Yves. **A geografia; isso serve**, em primeiro lugar para fazer guerra. Tradução Maria Cecília França – Campinas, SP: Papirus, 1988.

MASSARANI, Luísa; MOREIRA, Ildeu de Castro. A divulgação científica no Rio de Janeiro: um passeio histórico e o contexto atual. **Revista Rio de Janeiro**, v. 11, p. 38-69, 2003

MOREIRA, J. António; SCHLEMMER, Eliane. Por um novo conceito e paradigma de educação digital onlife. **Revista UFG**, v. 20, n. 26, 2000.

NOVACK, Suelen Ramos. **O ensino da cartografia a partir das propostas de alfabetização cartográfica nos livros didáticos de geografia para os anos iniciais**. Pelotas, 2016. **Ensino em revista. Uberlândia, MG. Vol. 29 (2022), e025, p. 1-22, 2022.**

OLIVEIRA, Junior, Jardel da Silva. **A Geografia Escolar na contemporaneidade: Uma análise a partir da perspectiva dos alunos do ensino médio da rede estadual no município de Nova Iguaçu – RJ**. São João de Meriti, 2019.

OLIVEIRA, Junior, Jardel da Silva. **A Geografia Escolar na contemporaneidade: Uma análise a partir da perspectiva dos alunos do ensino médio da rede estadual no município de Nova Iguaçu – RJ**. São João de Meriti, 2013.

OLIVEIRA, Stanley Braz de.; COSTA SOBRINHO, Werton, Francisco Rios da. (Organizadores). **Ensino de geografia: teorias e práticas**. Piauí: FAM, 2018.

PAULA, Marise Vicente. Identidade regional goiana e o ensino de geografia: a goianidade no novo documento curricular para Goiás. VIII Congresso de Ensino, Pesquisa e Extensão da UEG – CEGE, 2022.

PEDROSO, Leonardo Batista. **Ensino de Geografia: teorias e experiências**. Ituiutaba, MG: Editora Zion, 2021.

PIMENTA, Thiago Albano de Sousa. O Ensino de Geografia na relação entre cinema e questão ambiental. 2017.

PONTUSCHKA, Nídia Nacib; PAGANELLI, TomokoIyda; CACETE, Núria Hanglei. **Para ensinar e aprender Geografia**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

ROCHA, Helenice. Livro didático de história em análise: a força da tradição e transformações possíveis. **Livros didáticos de história: entre políticas e narrativas**, p. 11-30, 2017.

RODRIGUES, Sandra Andrea Souza. **Didático (PNLD)** Educação e Políticas Públicas. São Paulo 2021.

ROMANATTO, Mauro Carlos. O livro didático: alcances e limites. **Encontro paulista de matemática**, v. 7, p. 1-11, 2004.

ROMANINI, Maristela Gallo. **Análise do processo de implementação de política: o Programa Nacional do Livro Didático–PNLD**. 2013. Tese de Doutorado. Tese (Doutorado em Educação) UNICAMP, Faculdade de Educação.

SANTOS, Robson Alves dos. **Formação do Professor de Geografia e Construção do Conhecimento: os cursos de graduação em geografia da Universidade Federal de Goiás e Universidade Estadual de Goiás**. 2022.

SAVIANI, Dermeval. **A pedagogia no Brasil: história e teoria**. Campinas. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2011.

SOARES, Fabiana Pegoraro. A influência do Banco Mundial e da OCDE na educação básica no Brasil e no ensino de geografia. **Geografia Ensino & Pesquisa**, v. 24, p. 15, 1996.

SPOSITO, E. S. **Geografia e Filosofia: contribuição para o ensino do pensamento geográfico**. São Paulo: Editora UNESP, 2015.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. São Paulo: Cortez, 2012.

SILVA, Daiane Alencar e *et al.* Prática e produção de materiais didáticos para o ensino de geografia: uma proposta metodológica para o ensino escolar a partir da experiência no ensino acadêmico. **Revista Ensino de Geografia (Recife)**, v. 3, n. 1, 2020.

SILVA, Jayane de Sousa. **O PIBID e sua relevância na formação de professores de geografia**. Porto Nacional, 2022.

SHULMAN, Lee S. Conhecimento e ensino: fundamentos para a nova reforma. Cadernos 63enpec, São Paulo, v. 4, n. 2, p. 196-229, dez. 2014<sup>a</sup>. Disponível em: <http://cadernos.cenpec.org.br/cadernos/index.php/cadernos/article/view/293>. Acesso em: 14 nov. 2022.

VERGARA, Sylvia C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 3.ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2012.

VIANA, Antônio Kinsley Bezerra. A EDUCAÇÃO BRASILEIRA E O PENSAR GEOGRÁFICO: reflexões sobre o ensino de Geografia e o Novo Ensino Médio. **Ensaios de Geografia**, v. 8, n. 16, 2022.

TONINI, Ivaine M. Geografia Escolar: uma história sobre seus discursos pedagógicos. Ijuí: Ed. Unijuí, 2011.

TORRES, Eloiza Cristiane. Geomorfologia e maquetes. **Revista Geográfica de América Central**, v. 2, p. 1-10, 2019.

SANTOS, Milton et al. **O segredo do Mundo**. Editora Hucitec, 2012.  
<segredodomundo.r7.com, 2012.> Acesso em 14 de junho de 2022.

SCOTTON, Giovanni Colossi. **Os Primeiros Mapas: o Brasil na Cartografia do Século XVI**. Editora Dialética, 2022.

ZUBA, Janete Aparecida Gomes. **A formação do professor de Geografia: uma discussão sobre as exigências locais e regionais do norte de Minas**. Tese (doutorado em Geografia e gestão do Território) - Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Federal de Minas Gerais, Uberlândia, 2020.

<www.brasilecola.uol.com.br/Brasil/estados-Brasil, 2022.> Acesso em: 22 de agosto de 2022

<www.todamateria.com.br/o-que-e-cartografia, 2022.> Acesso em: 22 de agosto de 2022.